

INSTITUTO FEDERAL

Paraná

PROENS

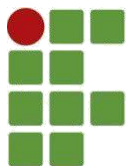


Ministério da Educação

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

ASSIS CHATEAUBRIAND
2021



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

PROENS



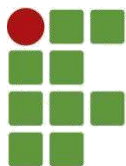
Ministério da Educação

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA
FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE**

**ASSIS CHATEAUBRIAND
2021**

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
1.1 CARACTERÍSTICAS DO CURSO	5
2. JUSTIFICATIVA	6
3. OBJETIVOS DO CURSO	9
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	9
5. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS	11
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	11
6.1 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS	16
6.2 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA	17
6.3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	19
6.4 PRÁTICAS PROFISSIONAIS	27
6.5 CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS	29
6.6 COMPONENTES	30
6.7 TURNO E HORÁRIOS DO CURSO	30
6.8 DURAÇÃO DA HORA-AULA	31
6.9 CRITÉRIOS PARA ISONOMIA NA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES	31
6.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	31
6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	32
6.12 VISITAS TÉCNICAS E/OU EVENTOS DO CURSO	33
6.13 TEMAS TRANSVERSAIS	34
6.14 MATRIZ CURRICULAR	35
6.15 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES	37
7. INFRAESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA	57
8. INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS	58
9. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	60
10. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)	61
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	64



INSTITUTO FEDERAL

Paraná

PROENS



Ministério da Educação

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NÚMERO DO PROCESSO: 23411.006627/2018-75

NOME DO CURSO: Curso Técnico em Agropecuária

EIXO TECNOLÓGICO: Recursos Naturais

COORDENAÇÃO DO CURSO

Coordenador/a: Tiago Amaral Silva

E-mail: agropecuaria.assis@ifpr.edu.br

Telefone: (44) 997244776

CAMPUS Assis Chateaubriand

Endereço: Avenida Cívica, 475, Centro Cívico

Telefone: (44) 3528 6885

Home-page: <http://assis.ifpr.edu.br/>

E-mail: assis.secretaria@ifpr.edu.br

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Endereço:

Telefone:

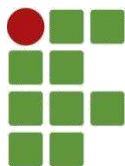
Home-page:

E-mail:

ABERTURA DE CURSO ()

AJUSTE CURRICULAR DE CURSO (x)

RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO: Resolução Nº 24, DE 14 DE junho DE 2019

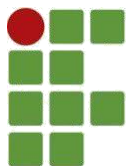


COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO DO CURSO (CEC) Portaria nº 37, de 25 de fevereiro de 2019	
Função	Nome
Revisão de linguagem do texto do documento e normatização técnica	Adrian Lincoln Clarindo
Docente	Fábio Zanella
Docente	Jhones Donizetti Mendes
Coordenadora de Ensino	Josiane Paula Maltauro Lopes
Docente	Polyanna Guimarães e Miranda
Docente e Presidente da Comissão	Leiliane Cristine de Souza
Docente	Raul Matos Araújo
Coordenador de Pesquisa e Extensão	Renato Lada Guerreiro
Docente	Roberto Haruyoshi Ito
Representante Seção Pedagógica e Assuntos Estudantis	Simone Rodrigues Slusarski
Docente	Sônia Maria Mandotti
Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão	Tatiane Martinazzo Portz
Representante da Diretoria de Administração e Planejamento	Tiago Juliano da Silva

Conselho profissional ou legislação que regula a profissão que o curso habilita a exercer: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA

1.1 CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Nível: Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Forma de oferta: Subsequente
Modalidade de oferta: (X) Presencial () A distância
Tempo de duração total do curso em anos: 2 anos
Turno de oferta: () Matutino () Vespertino (x) Noturno () Diurno () Integral

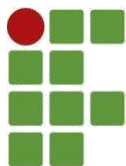


Horário de oferta do curso: segundas às sextas-feiras das 19:00h às 22:40h.
Carga horária total: 1480 horas-aulas e 1233 horas-relógio
Carga horária de estágio: Não está previsto no curso o estágio obrigatório
Número máximo de vagas do curso: 40 vagas
Número mínimo de vagas do curso: 24 vagas
Ano de criação do curso: 2019
Ano letivo de implantação do ajuste: 2021
Ano de início da primeira turma: 2021
Tipo de matrícula: Componente curricular
Regime acadêmico: Semestral
Requisitos de acesso ao curso: Ensino médio completo, via processo seletivo

2. JUSTIFICATIVA

Historicamente, o Paraná destaca-se na produção agropecuária nacional e, em 2017, apresentou o melhor desempenho comparado aos quatro anos anteriores. O Produto Interno Bruto do estado cresceu 11,5%, devido à safra recorde de grãos e ao bom desempenho da pecuária. De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico (IPARDES), em 2018 a agropecuária adicionou R\$ 35,9 bilhões à economia do estado e desde 2013 não registrava tal desempenho. O Paraná também se destaca na agropecuária nacional com apenas 2,3% do território, respondendo por 12% da produção agropecuária brasileira (IPARDES, 2018), isso devido à elevada produtividade, ao uso de tecnologias adequadas, aos produtores organizados, e às empresas e cooperativas ativas no setor. Nesse contexto, a região Oeste do Paraná se sobressai na produção agropecuária, alcançando relevante posição nacional na produção vegetal e animal.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o Paraná consolidou-se como o maior produtor de carnes do país, com 21% de participação no total, e maior destaque na avicultura, com 31,3% da



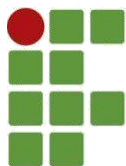
produção brasileira de carne de frango (4,3 milhões de toneladas). Dentre as regiões paranaenses, o Oeste destaca-se com cerca de 33% dos abates de frango realizados. Ainda com relação à avicultura, o Paraná é o terceiro maior produtor de ovos, com 292 milhões de dúzias produzidas por ano, que representa 8,84% do total nacional.

No ranking de produção nacional de suínos, o Paraná ocupa o segundo lugar com 21,65% do total produzido (828 mil toneladas de carne suína). Segundo dados do IBGE, a região Oeste do Paraná concentra o maior rebanho de suínos do estado, com aproximadamente 2,4 milhões de cabeças, que representam 45% do total estadual (IBGE, 2017).

No cenário nacional de produção de bovinos, o Paraná é o 10º colocado no ranking de número de cabeças, com 4,4% do total do rebanho brasileiro, totalizando a produção de 141,4 mil toneladas de carne, e o Oeste detém 13% do rebanho estadual (SEAB/DERAL, 2017). Na pecuária leiteira, o Paraná destaca-se ao contribuir com 14% da produção nacional de leite (4,7 bilhões de litros). Neste cenário, a região Oeste apresenta-se como a segunda maior bacia leiteira do estado, com produção anual de 1,07 bilhão de litros de leite (IBGE, 2017).

O Brasil, desde 2010, é o terceiro maior produtor e exportador agrícola do mundo, atrás somente das duas grandes potências agrícolas mundiais: os Estados Unidos e a União Europeia. No entanto, diferentemente desses dois territórios, a capacidade de crescimento e a perspectiva nacional em relação a um futuro de médio prazo são grandes, de modo que o país poderá apresentar maiores crescimentos nos próximos anos.

O Paraná é o segundo maior produtor de soja, com cerca de 19% da produção nacional. Nos últimos dez anos, a produtividade média no estado saltou de 2.988 kg/ha para cerca de 3.490 kg/ha, uma variação de 16,8% no período (SEAB/DERAL, 2016). Além disso, o estado é o segundo maior produtor nacional de milho com 74,3 milhões de toneladas na safra 2017/18. No ano de 2018, o Paraná exportou 3,7 milhões de toneladas de milho. As exportações paranaenses tiveram como principal destino em 2018 o Vietnã. Este comprou do Paraná 16% de todas as vendas externas de milho.



A agropecuária é um setor dinâmico que impõe desafios técnicos científicos continuamente, impulsiona novas demandas dos segmentos produtivos, e requer formação de profissionais qualificados para atuar e empreender nesse âmbito. Diante desse cenário, o IFPR, *campus* Assis Chateaubriand, consciente do seu compromisso com uma ampla formação e com a necessidade de aperfeiçoamento das diversas áreas produtivas do setor agropecuário, de modo a atender as especificidades do público alvo, considera que isso só será possível com a oferta de cursos técnicos que permitam ampliar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, que possibilitem a qualificação técnica da atividade produtiva.

Deste modo, tendo em conta os princípios, finalidades e objetivos da instituição, a oferta do Curso Técnico em Agropecuária, no IFPR, considera o dever dos Institutos Federais em desenvolver educação profissional e tecnológica enquanto processo educativo e investigativo de produção de soluções alinhadas às necessidades socioeconômicas locais, regionais e nacionais, o que vem ao encontro do desenvolvimento integral do estudante.

Visto a inserção do IFPR, *campus* Assis Chateaubriand, na região Oeste do Paraná, a oferta do Curso Técnico em Agropecuária possibilitará o atendimento dos arranjos produtivos locais (APL's), ressaltando o compromisso com a transformação da realidade, desenvolvendo práticas e saberes voltados à melhoria da qualidade de vida da população, atendendo suas necessidades de formação profissional e tecnológica, e promovendo o desenvolvimento rural sustentável abrangendo os diferentes eixos de conhecimentos necessários também ao desenvolvimento multidimensional.

O Curso Técnico em Agropecuária no IFPR, *campus* Assis Chateaubriand, é resultado de amplas discussões de todos os eixos tecnológicos (PDI 2019-2023), de debates com entidades regionais diretamente relacionadas ao setor produtivo, respaldado na demanda profissional em nível nacional e, principalmente, no conhecimento e perspectivas da realidade regional, de modo que os arranjos produtivos locais possam ser atendidos, assegurados pela maturidade necessária ao processo e definição de prioridades e de linhas de ação.

3. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso Técnico em Agropecuária objetiva a formação de profissionais aptos a atuarem nas áreas técnicas e científicas, como agentes de mudança no setor produtivo agropecuário, de modo a integrar os conhecimentos conceituais e práticos para produção de conhecimento e intervenção social, o que corrobora com a proposta de Educação Profissional, com formação integral a médio e longo prazo.

Assegurar aos estudantes a possibilidade de construção de competências profissionais e de conhecimentos tecnológicos, por meio de pesquisas e experiências desenvolvidas nas diversas fases da produção agropecuária, desde o desenvolvimento, processamento e comercialização dos produtos, num contexto atual e perspectivas futuras.

Desenvolver a educação profissional tecnológica integrada ao trabalho, à ciência e à tecnologia, proporcionando formação profissional ampla, com perspectiva efetiva da realidade, de modo que se possa optar entre diversos processos existentes e se agregar valor aos produtos agropecuários.

Qualificar profissionais que atuem de modo crítico, responsável, autônomos e propositivos quanto ao processo de aprendizagem e que estejam situados em seu contexto, com competências que os tornem capazes de articular com as demais áreas do conhecimento, visando assim o desenvolvimento rural sustentável da região.

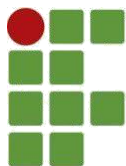
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Agropecuária, formado pelo Instituto Federal do Paraná, *campus* Assis Chateaubriand, em consonância com as normas associadas ao exercício profissional (Lei nº 5.524/1968; Decreto nº 90.922/1985; NR nº 31 de 2005 – MTE) e em conformidade com a 3ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, definido pela Resolução CNE/CEB nº 01/2014, estará apto:

- ✓ Manejar, de forma sustentável, a fertilidade do solo e os recursos naturais.

- ✓ Planejar e executar projetos ligados a sistemas de irrigação e uso da água.
- ✓ Selecionar, produzir e aplicar insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- ✓ Desenvolver estratégias para reserva de alimentação animal e água.
- ✓ Realizar atividades de produção de sementes e mudas, transplântio e plantio.
- ✓ Realizar colheita e pós-colheita.
- ✓ Realizar trabalhos na área agroindustrial.
- ✓ Operar máquinas e equipamentos.
- ✓ Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
- ✓ Comercializar animais.
- ✓ Desenvolver atividade de gestão rural.
- ✓ Observar a legislação para produção e comercialização de produtos agropecuários, a legislação ambiental e os procedimentos de segurança no trabalho.
- ✓ Projetar instalações rurais.
- ✓ Realizar manejo integrado de pragas, doenças e plantas espontâneas.
- ✓ Realizar medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais.
- ✓ Planejar e efetuar atividades de tratamentos culturais.

Ainda, o técnico formado estará apto a integrar-se a grupos de trabalho, atuando de forma ética e responsável com as atribuições que lhe são prescritas por meio de legislação; a valorizar e promover a reflexão sobre a realidade local, o meio social, cultural e ambiental, ressignificando os saberes das comunidades.



INSTITUTO FEDERAL

Paraná

PROENS



Ministério da Educação

O profissional Técnico em Agropecuária poderá atuar em propriedades rurais, empresas comerciais agropecuárias, estabelecimentos agroindustriais, empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, parques e reservas naturais e, cooperativas e associações rurais

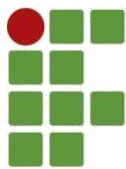
5. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SEREM EMITIDOS

Os estudantes concluintes do curso receberão o diploma de **Técnico em Agropecuária** do Eixo Tecnológico Recursos Naturais. Não serão expedidas certificações intermediárias.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária está amparada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico, além das determinações do Catálogo Nacional de Cursos, do Ministério de Educação e Cultura, e na LDB 9394/96. Esta organização curricular caracteriza-se pelo atendimento às demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade, pela conciliação das demandas identificadas com a vocação, pela capacidade institucional e os objetivos da instituição, pela estrutura curricular que evidencie os conhecimentos gerais da área profissional e específicos de cada habilitação, organizados em unidades curriculares, e pela articulação entre a educação básica com a educação profissional e tecnológica.

O curso Técnico em Agropecuária compreende o novo paradigma educacional: a construção de competências técnicas e científicas, reunidas em módulos, cuja característica básica é a sintonia de todos os componentes curriculares para a construção do conhecimento pelos educandos. Assim, o curso procura construir uma organização curricular pautada nos princípios básicos do currículo integrado, tendo como principais eixos estruturantes a ciência, a cultura, o trabalho e a tecnologia, por meio da integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social do egresso. Com isso, propõe-se que a formação



INSTITUTO FEDERAL

Paraná

PROENS



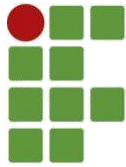
Ministério da Educação

técnica do estudante o possibilite ao pleno desenvolvimento de todas as dimensões da vida profissional, conforme o artigo 68 do Regimento Geral do IFPR (2012).

Na proposta do curso, pretende-se a formação de um profissional consciente, com capacidade de discernimento para as mais variadas situações que venham ocorrer dentro de uma comunidade, além de formar trabalhadores responsáveis e comprometidos com a sociedade. Para tanto, permeiam os Temas Transversais que serão abordados no ambiente escolar, a fim de oportunizar o acesso dos estudantes a conteúdos diversos, além de incentivar o desenvolvimento social e promover a criticidade, estimulando seu aprendizado e desenvolvimento humano.

A abordagem dos Temas Transversais, descritos no Item 6:12, será realizada continuamente por meio de debates, discussões e atividades realizadas no âmbito institucional, tanto em aulas, eventos, quanto ações oportunas no decorrer do curso. Os Temas Transversais abordados serão: Prevenção de todas as formas de violência contra a criança e adolescente (Lei nº 8.069/1990); Segurança no Trânsito (Art. 74 a 76 da Lei nº 9.503/1997); Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999; artigos 5º e 6º do Decreto nº 4.281/2002 e Res. CNE/CP nº 02/2012); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (artigo 22 da Lei nº 10.741/2003); Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009; Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB Nº 06/2012); Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012; educação étnico-racial (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008). Considera-se que o mundo do trabalho constitui um campo em que as temáticas transversais não são desconexas, estas devem ser abordadas de modo a proporcionar um caráter transdisciplinar capaz de propiciar ao egresso uma nova visão da natureza, do homem, do trabalho e da realidade social.

De acordo com as necessidades educacionais dos estudantes, serão realizados Atendimento Educacional Especializado e adaptações razoáveis aos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, com Altas Habilidades/Superdotação e necessidades educacionais específicas, bem como Superação de Barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação e na informação, atitudinais e tecnológicas. Tecnologias Assistivas.



INSTITUTO FEDERAL

Paraná

PROENS



Ministério da Educação

Desenvolvimento de autonomia. Identidade do estudante. Desenvolvimento das habilidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Flexibilização curricular. Parceria entre família e instituição de ensino. A carga horária, assim como

sua distribuição no decorrer do curso, é variável, de acordo com as necessidades educacionais dos alunos.

Reflexões e/ou problemáticas identificadas nas abordagens dos temas transversais também serão consideradas na concepção dos projetos desenvolvidos no curso. Serão incluídos elementos fundamentais na formação dos discentes tais como empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, legislações pertinentes ao desenvolvimentos das atividades técnicas agropecuárias, segurança do trabalho, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho, conforme inciso VI do artigo 14 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, bem como a exibição de filmes de produção nacional em conformidade com a lei nº 13.006/2014, por no mínimo 2 horas mensais. A inserção desses temas no itinerário formativo dos estudantes possui caráter emancipatório e não discriminatório, pois oportuniza conhecimentos que possibilitam respeito às diferenças, seja em seminários, seja em debates despertados em temáticas transdisciplinares emanadas nos diversos componentes curriculares que compõem o currículo.

Esse processo é indispensável para que o estudante não apenas conheça e saiba o mundo em que vive, mas com isso, saiba nele atuar e transformá-lo por meio do trabalho. O conhecimento é percebido quando há manifestação de mudança de atitudes e comportamentos, na prática social. Portanto, é o conhecimento mediador, num processo ação-reflexão-ação, simultaneamente, o possibilitador da transformação social do indivíduo.

O projeto curricular do Curso Técnico em Agropecuária tem sua essência referenciada na pesquisa de mercado identificando a demanda para a qualificação profissional, das características econômicas e do perfil agropecuário da região. E, vistas a concepção do trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, o curso técnico em Agropecuária oportuniza condições de resgate social ao público estudantil regional, para o qual uma formação diferenciada proporciona espaços de inclusão e de desenvolvimento econômico e social por meio de uma efetiva formação para o mundo do trabalho.

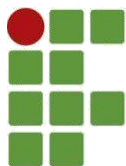
A estrutura curricular apresenta bases científicas, tecnológicas e de gestão de nível médio, dimensionadas e direcionadas à área de formação. Estas bases são inseridas no currículo ou em unidades curriculares específicas ou dentro das unidades curriculares de base tecnológica no momento em que elas se fazem necessárias, de modo a proporcionar o trabalho interdisciplinar, a organização e a dinamização dos processos de ensino-aprendizagem, bem como a formação integral do estudante.

Vale ressaltar que na educação profissional deve-se enfatizar associação entre teoria e prática, e a unidade do ensino, pesquisa e extensão. O ensino deve contextualizar o conhecimento, visando significativamente à ação profissional, e a prática se configura como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado, e não apenas situações ou momentos distintos pontuais do curso (BRASIL, 1999a).

A construção do conhecimento a respeito de temas das áreas correlatas no Curso Técnico em Agropecuária também dar-se-á por meio da participação dos estudantes em projetos de extensão, possibilitando a ação destes junto à sociedade, em atividades de produção de conhecimento para superação das dificuldades dos arranjos produtivos locais.

O desenvolvimento das atividades propostas nas aulas teóricas e práticas prioriza a formação de um profissional comprometido com o mundo do trabalho e capaz de buscar soluções criativas às questões-limites que se interpõem na vida profissional. Para isso, visitas técnicas, seminários, encontros, oficinas, dias de campo, semanas tecnológicas entre outras atividades, vinculadas aos elementos curriculares, são potencializadores do ensino. Ademais, a organização do currículo obedecerá às orientações para os cursos técnicos emanadas dos Conselhos competentes.

O estágio não obrigatório, também previsto neste projeto, é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida à carga horária regular e obrigatória (Art. 2º, § 2º da Lei nº11.788 de 25/09/2008).



O estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro semestre do curso e deverá proporcionar ao aluno experiências profissionais em situações que farão parte de sua profissão.

Os estudantes serão orientados a desenvolver a capacidade de integrar os conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares para soluções destinadas ao atendimento dos arranjos produtivos locais. Para tal, ao invés do tradicional Trabalho de Conclusão de Curso, será ofertado o componente curricular **Projeto Integrador**, com o intuito de promover a integração das concepções advindas do contato com os componentes curriculares abordados no decorrer do curso. Assim, o Projeto Integrador, enquanto componente curricular, ocupa o papel do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), modificando o senso de um trabalho tão somente de “conclusão” de curso para um trabalho de “decorrer” de curso, em que os estudantes possam interagir ativamente com as áreas do futuro exercício profissional, cujo resultado seja apresentado no final do curso.

A organização curricular do curso está estruturada em regime de períodos semestrais, com uma matriz curricular definida por componentes curriculares, dividida em quatro períodos letivos noturno, com atividades práticas previstas no período noturno e, por vezes, aos sábados. Cada hora-aula terá duração de 50 minutos, distribuídas em 20 horas-aula semanais, de acordo com a LDB 9.394/96.

6.1 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS

Os pressupostos pedagógicos compreendem os conceitos e as metodologias propostos na organização do curso, que visam promover a forma que os docentes conduzirão o processo de ensino/aprendizagem.

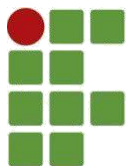
Um dos maiores desafios da educação no século XXI é a emancipação do ser humano, independentemente de sua condição. O mundo vive hoje um complexo paradigma que envolve a manutenção dos povos/nações e a exploração racional dos recursos naturais, cada vez mais limitados. Os modos tradicionalmente aplicados no processo educativo ou produtivo estão se tornando rapidamente obsoletos diante da velocidade das transformações da sociedade (PPP, 2018).

Estratégias globais são importantes para alavancar e promover os avanços no campo educacional e científico, mas têm pouca efetividade se as estratégias locais e regionais não tiverem êxito. Cada região brasileira apresenta peculiaridades naturais, historicamente construídas. A heterogeneidade de características regionais é o que torna o Brasil um país rico, dinâmico e único, mas também impõe grandes desafios, pois nem sempre uma solução exitosa numa região promove o mesmo impacto positivo em outra, e vice-versa.

A Rede Federal de Educação foi criada nesse cerne, diante do propósito e compromisso com a formação de recursos humanos, científicos e tecnológicos de excelência, respeitando as necessidades, as características regionais e os arranjos produtivos locais (APLs) (Brasil, 2008, Lei 11892/2008). Independente de quais sejam os desafios, a mais importante, senão a única, forma real de êxito e superação de dificuldades é a educação.

Os pressupostos pedagógicos do curso Técnico em Agropecuária consideram a educação entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social na qual docentes e discentes estão igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos estudantes (catarse) (SAVIANI, 2012). Sendo relevante salientar que o IFPR adota a pedagogia histórico-crítica em seus processos pedagógicos de ensino.

Dessa forma, a proposta do curso compreende uma educação humanizadora, emancipadora proporcionando experiências que despertem o senso crítico



contemplando a formação “omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento sustentável” (FRIGOTTO, 2001).

6.2 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

A orientação para o trabalho pedagógico que pretende estar em sintonia com as concepções e finalidades de formação e qualificação profissional do Instituto Federal de Educação do Paraná deve ser alicerçada por uma perspectiva de transformação social.

As ações pedagógicas, nesse sentido, devem promover o pensamento crítico, o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade, da colaboração, da compreensão e respeito à diversidade, da participação ativa, a curiosidade e pesquisa constantes do estudante.

Para tanto, os agentes direta e indiretamente envolvidos no processo de ensino podem conduzir as ações pedagógicas por meio da interdisciplinaridade e integralização dos conteúdos, de trabalhos em grupo que estimulem a aprendizagem colaborativa, também, com o uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação; e com metodologias que contemplem técnicas e estratégias diversificadas.

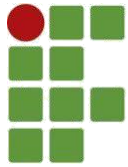
Nesse processo de ensino e aprendizagem, mostra-se essencial um contínuo aprimoramento dos docentes e demais envolvidos que nortearão suas ações por bases teóricas consolidadas. Fundamentados, poderão propor estratégias metodológicas adequadas aos objetivos e conteúdos que atenderão as necessidades de cada disciplina, a natureza do conceito trabalhado, as necessidades dos estudantes, ao perfil da turma e do contexto escolar.

É fundamental, ainda, que os estudantes sejam informados das estratégias de ensino empregada, do conteúdo a ser trabalhado, dos critérios de avaliação adotados de modo que possa ter a visão geral do trabalho do professor e participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem.

O professor tem autonomia para optar por estratégias de ensino que considere mais adequadas a cada situação de aprendizagem, sempre em consonância com objetivos a serem atingidos. Dentre as opções, sugere-se as seguintes estratégias e recursos:

Estratégias de ensino:

- ✓ Aulas práticas em laboratórios
- ✓ Oficinas;
- ✓ Ensino com pesquisa;
- ✓ Visitas técnicas;
- ✓ Práticas extensionistas, inovadoras, empreendedoras e de pesquisa;
- ✓ Promoção de encontros como palestras, simpósios, feiras, congressos;
- ✓ Estudos de caso;
- ✓ Trabalhos em grupos;
- ✓ PBL – Problem-Based Learning - Aprendizagem Baseada em Problemas;
- ✓ Aula expositiva dialógica/dialogada;
- ✓ Debate/discussão;
- ✓ Apresentação de seminário;
- ✓ Recursos didáticos:
- ✓ Softwares;
- ✓ Projetores;
- ✓ Filmadora;
- ✓ Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem;
- ✓ Lousa digital;
- ✓ Ferramentas/serviços da rede mundial de computadores;
- ✓ Aparelho de som;



INSTITUTO FEDERAL
Paraná

PROENS



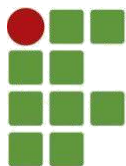
Ministério da Educação

✓ Recursos Educacionais Abertos.

8

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | Pró-Reitoria de Ensino - PROENS

Av. Victor Ferreira do Amaral, 306 - Tarumã, Curitiba - PR | CEP 82530-230 - Brasil



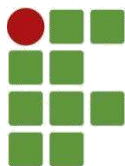
6.3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem, de acordo com o Art. 9, da Resolução 50/2017 do IFPR considerará a utilização de variados instrumentos avaliativos, podendo incluir:

- I – seminários;
- II – trabalhos individuais e/ou em grupos;
- III – testes escritos e/ou orais/sinalizados;
- IV – demonstrações de técnicas em laboratório;
- V – dramatizações;
- VI – apresentações de trabalhos finais de iniciação científica;
- VII – artigos científicos ou ensaios;
- VIII – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;
- IX – relatórios de estágio;
- X – portfólios;
- XI – resenhas;
- XII – autoavaliações;
- XIII – participações em projetos;
- XIV – participações em atividades culturais e esportivas;
- XV – visitas técnicas;
- XVI – atividades em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- XVII – participação em atividades de mobilidade nacional e internacional;
- XVIII – outras atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação pertinentes aos cursos.

6.3.1 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

No Projeto Pedagógico do campus é enfatizado que nenhuma atividade humana prescinde a avaliação, ou seja, avaliar é uma ação indispensável no desempenho das mais variadas tarefas que desenvolvemos. Avaliamos continuamente, como forma de fazer o contingenciamento entre o percurso que se está seguindo e os fins previamente traçados. Entretanto, no espaço escolar a avaliação é um processo formal que supera a espontaneidade que se apresenta no cotidiano e por isso precisa ser planejada. Segundo Vasconcellos (2005),



Deve-se avaliar para mudar o que tem que ser mudado. A avaliação deve ter efeito prático, ou seja, para o professor mudar a forma de trabalhar retomando conteúdos, explicando de outra maneira, mudando a forma de organizar o trabalho em sala de aula e dar atenção especial aos alunos que apresentam maior dificuldade; quanto à escola, proporcionar mais condições de estudo, criar espaço para recuperação, rever o currículo, incentivar a integração entre professores e desenvolver sempre alternativas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

A avaliação, no pressuposto pedagógico e metodológico proposto no curso, é concernente aos pressupostos descritos nos artigos 2 a 8, da Resolução nº 50/2017 (IFPR, 2017), especialmente no que tange a concepção e princípios da avaliação, a saber:

Art. 2º No processo pedagógico, estudantes e docentes são sujeitos ativos, seres humanos históricos, imersos numa cultura, que apresentam características particulares de vida, e devem atuar de forma consciente no processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º O estudante traz consigo componentes cognitivo, psicológico, biológico, social, cultural, afetivo, linguístico, entre outros, e os conteúdos de ensino e as atividades propostas pelos professores devem levar em conta a diversidade dessa composição humana.

§2º O processo de ensino-aprendizagem deve ser organizado a partir dos conhecimentos formais, prescritos no currículo, e dos informais, oriundos da prática social.

Art. 3º No IFPR, o ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre teoria e prática, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve permear o processo de ensino-aprendizagem.

§ 1º A relação entre teoria e prática permite o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente o aprendido, levando o estudante a um processo permanente de aprendizado visando sua atuação na sociedade.

§ 2º Aos docentes cabe realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos estudantes e o sistematizado, propiciando formas de apropriação e/ou construção dos saberes em suas múltiplas dimensões.

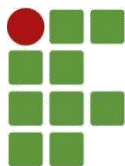
Art. 4º A avaliação como parte do processo de ensino-aprendizagem deverá ser contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, prevalecendo o desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais.

§ 1º O caráter contínuo e cumulativo da avaliação implica a necessidade de diagnóstico e registro da aprendizagem, também contínuos.

§ 2º A avaliação, como parte do processo ensino-aprendizagem, deve subsidiar continuamente o planejamento e a prática de ensino, mediante diagnóstico e tomada de decisões ao longo do período letivo, visando à aprendizagem.

Art. 5º São princípios de avaliação no IFPR:

I – a investigação, reflexão e intervenção;



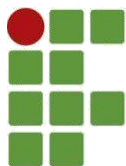
- II – o desenvolvimento da autonomia dos estudantes;
- III – o dinamismo, a construção, a cumulação, a continuidade e a processualidade;
- IV – a inclusão social e a democracia;
- V – a percepção do ser humano como sujeito capaz de aprender e desenvolver-se;
- VI – a aprendizagem de todos os estudantes;
- VII – o conhecimento a respeito do processo de desenvolvimento do estudante, considerando suas dimensões cognitiva, biológica, social, afetiva e cultural;
- VIII – a compreensão de que todos os elementos da prática pedagógica e da comunidade acadêmica interferem no processo ensino-aprendizagem; IX – a elaboração e a adequação constantes do planejamento do professor, tendo por referência o estudante em sua condição real;
- X – a interação entre os sujeitos e destes com o mundo como base para a construção do conhecimento;
- XI – a escolha de novas estratégias para o processo ensino-aprendizagem, mediante os sucessos e insucessos como aspectos igualmente importantes; XII – a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- XIII – a prevalência do desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo;
- XIV – a constante presença e imbricação da objetividade e subjetividade nas relações pedagógicas e avaliativas, dada sua coexistência nas relações humanas.

Art. 6º O processo de avaliação deve considerar:

- I – quem, para quê e por quê se avalia, o quê e como se avalia o processo de ensino-aprendizagem;
- II – o envolvimento da instituição, dos gestores, dos docentes, dos técnicos administrativos em educação, dos estudantes, da família e da sociedade no processo ensino-aprendizagem;
- III – a visão do estudante como um sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem com sua antecipada ciência de o que será avaliado, com as regras, critérios e instrumentos estabelecidos de forma clara e democrática; IV – a autoavaliação por parte dos estudantes, dos docentes e da instituição; V – a definição de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a discussão com os segmentos da comunidade acadêmica acerca dos resultados obtidos nos variados momentos do processo de avaliação.

Art. 7º O processo de avaliação de ensino-aprendizagem será:

- I – diagnóstico: considera o conhecimento prévio e o construído durante o processo de ensino-aprendizagem, abrange descrição, apreciação qualitativa acerca dos resultados apresentados pelos envolvidos em diferentes etapas do processo educativo e indica avanços e entraves para intervir e agir, redefinindo ações e objetivos;
- II – formativo: ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem, é contínuo, interativo e centrado no processo por meio do qual o estudante (re)constrói seus conhecimentos, possibilitando esse acompanhamento, bem como fornecendo subsídios para a avaliação da própria prática docente;
- III – somativo: possibilita a avaliação dos objetivos pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagem em diferentes períodos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para próxima etapa; Parágrafo



único. A síntese do processo de avaliação dará origem à emissão de resultado.

Art. 8º O processo de avaliação do ensino-aprendizagem deve prever critérios articulados aos objetivos estabelecidos no plano de ensino, dialogados entre docentes e estudantes, corroborando, desta forma, para sua revisão contínua.

Parágrafo único. As alterações decorrentes do diálogo sobre os critérios serão divulgadas à comunidade acadêmica por meio do plano de ensino do componente curricular.

Nesse sentido, a prática pedagógica articula-se com a avaliação e, é neste entrelaçamento, que o ato educativo se consolida. Como a avaliação é um processo em função da aprendizagem, deduz-se que, assim como os objetivos educacionais são diversos, várias e diferentes também serão as técnicas para avaliar se a aprendizagem está se realizando ou não. Nesta perspectiva, a avaliação será concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva, processual e formativa (LUCKESI, 2003), por meio da utilização de instrumentos diversificados.

Os instrumentos e critérios avaliativos são definidos pelos docentes que têm autonomia didático/metodológica para definir qual estratégia é a mais adequada a ser utilizada, sempre em consonância com os valores, objetivos e princípios adotados pelo IFPR.

Deverão ser priorizados instrumentos de avaliação estimuladores da autonomia na aprendizagem, que envolvam atividades realizadas individualmente e em grupo e forneçam indicadores da aplicação no contexto profissional dos objetivos alcançados. O art. 16º da Resolução IFPR nº 50/2017, inciso II, explana que a aprovação dos estudantes ocorrerá levando em conta os seguintes parâmetros: obtenção de conceito A, B ou C na disciplina/unidade curricular/componente curricular/área e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total no período letivo dos cursos técnicos de nível médio.

A verificação da apropriação dos objetivos propostos nas unidades curriculares será feita por meio de diversos instrumentos, como:

- trabalhos individuais e ou em grupos
- seminários
- testes escritos ou orais/sinalizados,

- portfólios,
- resenhas,
- participação em projetos,
- visitas técnicas,
- auto avaliação,
- trabalho de conclusão de curso -TCC entre outros.

Dessa forma, a avaliação possibilita que se decida sobre os modos de como melhorar o processo de ensino-aprendizagem ao identificar impasses e encontrar caminhos e alternativas para superá-los. Coloca-se como uma atividade construtiva que permite aprender e continuar aprendendo, compreendida como crítica do percurso de uma ação que subsidia a aprendizagem e fundamenta a tomada de novas decisões.

6.3.2 RECUPERAÇÃO PARALELA

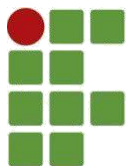
A recuperação paralela será realizada de acordo com o estabelecido no Art. 13 da Resolução 50/2017 (IFPR, 2017):

Art. 13. A recuperação de estudos como parte do processo ensino-aprendizagem é obrigatória e compreende:

§ 1º A Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes;

§ 2º A Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial e/ou não presencial.

a) Serão ofertados estudos de recuperação paralela a todos os estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem.



1. A organização dos horários é de competência de cada docente em conjunto com a equipe pedagógica e gestora do *campus*, respeitadas as normativas institucionais.
2. É responsabilidade do professor comunicar a oferta da recuperação paralela ao estudante, bem como, é responsabilidade do estudante participar das atividades propostas.
3. Recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a mudança do resultado.

A recuperação paralela ocorrerá em horários previamente anunciados pelos docentes do componente curricular, sendo gerados novos registros acadêmicos mediante a participação e de acordo com desempenho dos estudantes, e acrescentados ao registro regular do componente curricular.

6.3.3 FORMA DE EMISSÃO DE RESULTADOS

Os resultados dos processos avaliativos serão emitidos ao final de cada componente curricular na plataforma *online* SIGAA, e, segundo a Resolução 50/2017 do IFPR, expressos em A, B, C e D, considerando:

- I – conceito A – quando a aprendizagem do estudante for **PLENA** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- II – conceito B – quando a aprendizagem do estudante for **PARCIALMENTE PLENA** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
- III – conceito C – quando a aprendizagem do estudante for **SUFICIENTE** e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino e;
- IV – conceito D – quando a aprendizagem do estudante for **INSUFICIENTE** e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

6.3.4 CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO

Será considerado aprovado o estudante que obtiver o conceito igual ou superior a C no componente curricular e a frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do semestre.

A certificação de conhecimentos se dá de forma continuada, por meio da observação do desempenho dos estudantes em sala de aula, e por meio de avaliações teóricas, práticas, orais ou atividades em grupo, conforme especificidade de cada componente curricular.

6.3.5 PROGRESSÃO PARCIAL

O regime acadêmico do curso é semestral e as matrículas realizadas por componente curricular. Desse modo, em casos de reprovação, por conceito ou por frequência, ou ambos, o estudante deverá cursar novamente o componente curricular, quando este for ofertado na próxima turma, conforme o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

Casos de retenção nos componentes curriculares não impedem que o estudante dê prosseguimento ao curso, podendo matricular-se nos componentes dos semestres subsequentes.

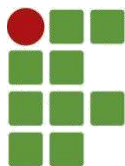
6.3.6 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS

A certificação de conhecimentos anteriores ocorrerá de acordo com as normas expressas na Resolução nº 54/2011 (CONSUP/IFPR), alterada pela Resolução nº 01/2017, conforme Capítulo VI.

Art. 69. De acordo com a LDB 9394/96 e a Resolução CNE/CEB No 04/99, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 70. Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação.

§ 1º A avaliação será realizada sob a responsabilidade de Comissão composta por professores da área de conhecimento correspondente, designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do *campus*, a qual estabelecerá os procedimentos e os critérios para a avaliação, de acordo com



o previsto no projeto do curso, e terá 15 (quinze) dias úteis para a expedição do resultado.

§ 2º A avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso.

§ 3º Quando solicitado pelo estudante, o pedido de Certificação de Conhecimentos Anteriores deverá ser feito no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início do período letivo, através de formulário próprio entregue à Secretaria Acadêmica do *Campus*.

§ 4º. Caberá à Comissão designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* estabelecer a programação e a supervisão das avaliações, bem como a homologação dos resultados finais.

§ 5º Não se aplica a certificação de conhecimentos anteriores para o componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou Monografia, bem como para Estágio Supervisionado.

§ 6º O estudante deverá estar matriculado ou ainda não ter cursado o(s) componente(s) curricular(es) para o(s) qual(is) solicita a certificação de conhecimentos, até que seja expedido o resultado do seu pedido de aproveitamento.

Art. 71. A certificação de conhecimentos por componente curricular somente pode ser aplicada em curso que prevê matrícula por componente curricular.

Parágrafo único. No curso com matrícula por módulo, bloco ou série a certificação de conhecimentos somente se aplica se o estudante demonstrar domínio de conhecimento em todos os componentes curriculares do período letivo.

Art. 72. Caberá à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* encaminhar o resultado à Secretaria Acadêmica do *Campus* através de processo individual por estudante, contendo os componentes curriculares aproveitados com os respectivos conceitos avaliativos, acompanhados de atas e/ou relatórios das avaliações assinado pelos membros da Comissão designada para tal.

Parágrafo único. Os componentes curriculares com certificação de conhecimento serão cadastrados, pela Secretaria Acadêmica do *Campus*, no sistema de controle acadêmico com a frequência integral e o desempenho atingido pelo estudante na avaliação.

Nesse contexto, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos no curso. Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores a dispensa de frequência em componente curricular do curso do IFPR em que o estudante comprove domínio de conhecimento através da aprovação em avaliação, conforme Art. 69 e 70.

6.3.7 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Com relação aos Critérios para aproveitamento de estudos anteriores, o curso segue as normas expressas na Resolução nº 54/2011 (CONSUP/IFPR), alterada pela resolução nº 01/2017, conforme Capítulo V.

Art. 62. O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursadas com êxito em outro curso.

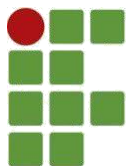
Dessa forma, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso no mesmo nível de formação (Art. 62), observados as ementas, os programas e as cargas horárias cursadas em outras instituições.

O estudante que demonstrar o domínio dos conhecimentos de determinado componente curricular do curso, e que tiver intenção de requerer equivalência de determinada unidade curricular, poderá solicitar à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* o exame de suficiência, com o endosso do docente responsável pelo componente curricular.

6.4 PRÁTICAS PROFISSIONAIS

O ensino deve preconizar o desenvolvimento de habilidades e competências, que contribuam para a ação profissional egressa. Por isso, a importância da prática como metodologia de ensino e não apenas em situações pontuais ou ocasiões intermitentes no curso. E de acordo com o exposto no parecer CNE/CEB nº 16/99 (BRASIL, 1999b) e Organização Curricular, pode-se constatar que a educação profissional não deve apresentar dissociação entre teoria e prática.

Nesse contexto, o curso prevê metodologias diferenciadas nas aulas, buscando integrar a teoria com a prática, na qual os estudantes são permanentemente instigados a resolver problemas concretos que simulem ou trabalhem situações cotidianas, nas quais são necessárias soluções nos sistemas de produção



agropecuária. De modo que estas sejam eficientes e eficazes, que facilitem e agilizem a realização de tarefas nos mais diversos setores da cadeia produtiva, e apliquem as competências adquiridas durante o curso.

6.4.1 PRÁTICAS PREVISTAS EM SALA DE AULA

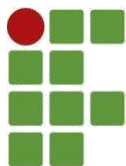
De modo a preparar o estudante para o mundo do trabalho, os componentes curriculares foram organizados para permitir que sejam utilizados subsídios práticos para tecnologias atuais dos sistemas de produção agropecuária.

Parte da formação prática dar-se-á com a realização do Projeto Integrador, como forma de propiciar uma vivência mais consistente com a cadeia produtiva agropecuária, conectando continuamente a teoria e a prática abordadas em sala de aula.

Para concluir o Curso Técnico em Agropecuária, o estudante deverá realizar o Projeto Integrador, que será orientado a partir do componente curricular de mesmo nome, com carga horária de 40 horas. O Projeto Integrador permite que os estudantes, orientados pelo corpo docente, desenvolvam projetos que abranjam as competências alcançadas nos componentes curriculares do curso.

Nesse sentido, a prática profissional pressupõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades como estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, visitas técnicas, práticas de campo, culminando no desenvolvimento de um projeto prático individual, que será pormenorizado pelo docente responsável pelo componente curricular Projeto Integrador nas aulas, conforme Anexo 1. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes serão apresentados ao final do componente curricular. A apresentação será aberta para toda a comunidade.

Aos estudantes do Técnico em Agropecuária será oportunizado e incentivado a participação nos projetos de ensino, pesquisa e extensão a fim de permitir o enriquecimento do capital cultural dos estudantes e de contato com o universo das



práticas acadêmicas, além de conhecer os problemas da comunidade, refletir sobre os mesmos e propor soluções.

6.4.2 ESTÁGIO – PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO DE TRABALHO

O estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do primeiro semestre do curso e deverá proporcionar ao estudante experiências profissionais exitosas, introduzindo-o em situações de trabalho que lhe assegurem possibilidades de sucesso por ocasião do exercício de sua profissão, conforme o artigo 2º, § 2º da Lei Federal nº 11.788 (BRASIL, 2008).

O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, independente da carga horária regular do curso. Se realizado, o estágio deverá ocorrer em setores ligadas às cadeias produtivas agrícolas e pecuárias, afins e correlatas, de acordo com o regulamento próprio da empresa ofertante do estágio, e em consonância com o regulamento de estágio disposto no Anexo 2.

6.5 CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS

Os conteúdos obrigatórios previstos no inciso VI, Artigo 14 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho), bem como os previstos no Artigo 26-A1 da LDB nº 9.394 de 1996 (estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena), serão contemplados no ementário dos componentes curriculares. Os professores serão orientados a promover atividades que contemplem essas questões em estudos de caso, pesquisas, fóruns e outras ações a serem realizadas.

6.6 COMPONENTES

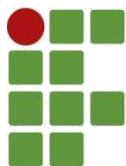
A seleção dos componentes curriculares foi realizada após discussões e reflexões conjuntas com os docentes do Eixo Tecnológico do IFPR, *campus* Assis Chateaubriand, buscando atender aos arranjos produtivos locais e as demandas da comunidade, verificando as áreas de formação dos docentes, assim como, as competências necessárias para a formação técnica e profissional de excelência dos egressos do curso. A interdisciplinaridade entre os componentes curriculares será construída com os docentes do colegiado de curso por meio de ações previstas nos planos de ensino e nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

6.6.1 OBRIGATÓRIOS

Todos os componentes curriculares previstos na matriz curricular são obrigatórios. Assim, os estudantes devem matricular-se em todos os componentes curriculares do semestre. Estes componentes foram propostos com base no perfil e objetivos do curso, de acordo com as competências necessárias para a atuação profissional e atendendo ao Catálogo Nacional de Cursos.

6.7 TURNO E HORÁRIOS DO CURSO

O período do curso é noturno, permitindo que estudantes trabalhadores possam conciliar suas atividades laborais diurnas com os estudos no período noturno. Considerando essa particularidade, o curso será ofertado das segundas às sextas-feiras das 19:00h às 22:40h com aulas distribuídas por componentes curriculares conforme horários estabelecidos pela instituição.



6.8 DURAÇÃO DA HORA-AULA

50 minutos

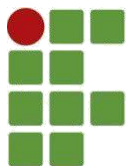
6.9 CRITÉRIOS PARA ISONOMIA NA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES

A estruturação dos componentes curriculares, bem como a distribuição da carga horária, levou em consideração a sequência lógica dos conhecimentos a serem adquiridos e integrados, a complexidade dos conteúdos e o tempo necessário para assimilação e desenvolvimento das atividades e projetos. A carga horária foi distribuída em componentes com 40 e 80, destinando-se maior carga horária para componentes com maior complexidade.

A sequência lógica dos componentes curriculares por semestre foi estruturada de modo que os conhecimentos alcançados no primeiro semestre sejam aplicados no segundo semestre, e assim por diante. Para associar os conteúdos assimilados de forma prática, foi proposto o componente Projeto Integrador (detalhes no item 6.11) no quarto semestre, cujos resultados serão apresentados ao final do curso.

6.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares poderão ser desenvolvidas de acordo com o proposto nos Temas Transversais e também por meio da participação em eventos técnicos e científicos que apresentem relevância com o itinerário formativo do curso.



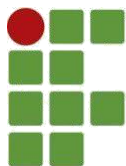
6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Os estudantes serão orientados a desenvolver a capacidade de integrar os conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares para soluções destinadas ao atendimento dos arranjos produtivos locais. Para tal, ao invés do tradicional Trabalho de Conclusão de Curso, será ofertado o componente curricular **Projeto Integrador**, com o intuito de promover a integração das concepções advindas do contato com os componentes curriculares abordados no decorrer do curso. Assim, o Projeto Integrador, enquanto componente curricular, ocupa o papel do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), modificando o senso comum que se pode ter de um trabalho tão somente de “conclusão” de curso, para um trabalho de “decorrer” de curso, em que os estudantes possam interagir ativamente com as áreas do futuro exercício profissional, cujo resultado seja apresentado ao final do curso.

O componente curricular Projeto Integrador será ofertado no quarto semestre do curso, e possibilitará a inserção do estudante na iniciação científica e tecnológica e no desenvolvimento de pesquisas/produtos aplicados na produção agropecuária como um todo. No segundo semestre, será ofertado o componente curricular Metodologia Científica e técnicas de apresentação de trabalhos, que auxiliará os estudantes no desenvolvimento dos projetos, na elaboração das propostas, planos de trabalho, planos de negócios, comunicados técnicos e outros, além de prepará-los para a apresentação dos resultados do Projeto Integrador no quarto semestre do curso.

O Projeto Integrador constitui-se como uma proposta interdisciplinar que envolve todos os componentes curriculares, de modo que a partir das ações/atividades desenvolvidas ao longo do curso, permitam-se as análises dos problemas predominantes na agropecuária, as reflexões, discussões e proposições que objetivam compreender os fundamentos técnicos, científicos, socioeconômicos, culturais e ambientais que alicerçam as tecnologias e contextualização destes nos sistemas de produção agropecuários.

Para tal, é imprescindível priorizar ações que promovam a articulação dos conhecimentos, saberes, experiências a partir dos pressupostos científicos e os



arranjos produtivos locais. Assim, idealiza-se que o Projeto Integrador seja planejado pelos docentes do Eixo Tecnológico, e que possa contemplar as diversas etapas do mesmo, tais como temáticas, professores responsáveis, pesquisas bibliográficas, estudos dirigidos, eventos científicos e de campo, visitas técnicas, coletas de dados e/ou informações, análises dos dados obtidos e organização do trabalho a ser apresentado em seminários/defesa organizados para tal, ou ainda podendo ser integrado em eventos da instituição. Estas etapas e organização poderão ser alteradas e modificadas, de acordo com características e especificidades de cada turma, a partir das observações, análises e definições dos docentes do Eixo Tecnológico.

Caberá ao docente responsável pelo componente curricular, em conjunto com os docentes do eixo, a organização dos estudantes em grupos e/ou individual e seus respectivos orientadores. Os trabalhos desenvolvidos durante o período terão seu produto final apresentado em exposição pública, em datas previamente estabelecidas pelo responsável pelo componente curricular juntamente com os docentes do Eixo Tecnológico.

Em virtude do caráter interdisciplinar e articulador deste componente curricular, o projeto integrador deverá traduzir as aprendizagens construídas pelos discentes no decorrer do curso em ações coerentes com a formação técnica almejada. Também poderão ser desenvolvidas ações que contemplem os Temas Transversais, e para tal, o projeto integrador deverá contar com a participação de todos os docentes do eixo, coordenações de ensino e de pesquisa e corpo técnico pedagógico, numa perspectiva interdisciplinar, integrada e dialógica, a partir das expertises em suas áreas de atuação e na condição de orientadores.

6.12 VISITAS TÉCNICAS E/OU EVENTOS DO CURSO

Os estudantes participarão de visitas técnicas em vários segmentos do setor da agropecuária, assim como participarão de eventos institucionais previstos em calendário acadêmico do IFPR e de eventos técnicos e científicos do setor.

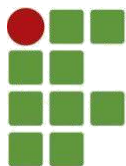
Os estudantes serão incentivados a participar de seminários, oficinas e feiras para que seus conhecimentos sejam ampliados e compartilhados.

6.13 TEMAS TRANSVERSAIS

As discussões e reflexões acerca dos temas transversais não serão restritas a eventos específicos, devendo estes terem uma abordagem contextualizada dentro dos componentes curriculares e incluídos nas ementas, considerando as particularidades técnicas e o objeto de estudo de cada componente. Essa abordagem contextualizada servirá de arcabouço para a problematização dos conteúdos dos componentes curriculares, visando estimular nos estudantes a capacidade de sistematização das especificidades técnicas balizadas pelos temas que são anseios da sociedade, e trazidos à tona por abordagens como os que advém dos temas transversais.

Os Temas Transversais serão abordados nos componentes curriculares e também em atividades específicas, descritas no quadro abaixo, previstas para serem desenvolvidas ao longo do período letivo:

TEMAS TRANSVERSAIS	Ações e carga horária		Carga horária total
	1º e 3º semestre s	2º e 4º semestres	
Prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/1990).	Atividades alusivas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio).		
Segurança no Trânsito (Art. 74 a 76 da Lei nº 9.503/1997)	Atividades alusivas e ações de apoio a “Maio amarelo”		
Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999; artigos 5º e 6º do Decreto nº 4.281/2002 e Res. CNE/CP nº 02/2012).	Atividades alusivas a Semana Nacional do Meio ambiente e ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho).		



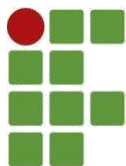
	Ações alusivas ao Dia Mundial da Água (22 de março).		
Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (artigo 22 da Lei nº 10.741/2003)	Atividades alusivas ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa (15 de junho).		
Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009; Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB Nº 06/2012)		Ações alusivas ao Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro).	
Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012)		Ações e atividades alusivas ao Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro).	
Cultura e Cinema Nacional (Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996)	Exibição/sugestões de filmes relacionados aos temas diversos trabalhados nos componentes curriculares do curso.	Exibição/sugestões de filmes relacionados aos temas diversos trabalhados nos componentes curriculares do curso.	
Cultura indígena e Cultura afro-brasileira (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008)		Atividades alusivas ao Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro).	
Carga horária total			

6.14 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular foi organizada para ofertar em cada semestre 400 horas-aulas, totalizando 1480 horas-aulas e 1233 horas-relógio. A carga horária mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional de Curso é de 1200 horas relógio.

Em atendimento a Lei nº 13.006/2014, que altera o § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996 a exibição/sugestões de filmes de produção nacional constituirá componente curricular integrada a proposta pedagógica do curso, dentro dos diversos componentes curriculares distribuídos ao longo dos semestres.

Matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária								
ÁREA	COMPONENTE CURRICULAR	1º sem (h/a)	2º sem (h/a)	3º sem (h/a)	4º sem (h/a)	Nº aulas semanais (50 min)	Total hora - aula	Total hora - relógio
Componentes Transversais	Extensão e Comunicação Rural				40	2	40	33
	Gestão e Empreendedorismo Rural			40		2	40	33
	Metodologia Científica e Técnicas de Apresentação de Trabalhos		40			2	40	33
	Projeto Integrador				40	2	40	33
	Planejamento agropecuário			40		2	40	33
Engenharia Agrícola	Desenho Técnico e Instalações Agropecuárias	40				2	40	33
	Irrigação e Drenagem				40	2	40	33
	Mecanização Agrícola			40		2	40	33
	Topografia e Geoprocessamento		40			2	40	33
Produção Animal	Avicultura			80		4	80	67
	Bovinocultura de Corte			80		4	80	67
	Bovinocultura de Leite				80	4	80	67
	Ovinocaprinocultura				40	2	40	33
	Forragicultura		80			4	80	67
	Piscicultura e Apicultura		80			4	80	67
	Suinocultura	40				2	40	33
	Nutrição e Alimentação Animal	80				4	80	67
	Tecnologias de Produtos de Origem Animal				40	2	40	33
Produção Vegetal	Culturas I		80			4	80	67
	Culturas II			80		4	80	67
	Culturas III				40	2	40	33
	Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	40				2	40	33
	Horticultura	80				4	80	67
	Gênese, Morfologia e Classificação dos Solos	80				4	80	67
	Fertilidade, Manejo e Conservação dos Solos		80			4	80	67
	Tecnologias de Produtos de Origem Vegetal				40	2	40	33
Carga Horária (h/a)		360	400	360	360		1480	
Carga Horária Total do Curso (h/r)								1233

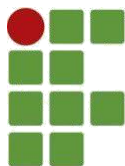
**6.15 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES**

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: EXTENSÃO E COMUNICAÇÃO RURAL	
Carga Horária (hora-aula): 40	Período Letivo: 4º semestre
Ementa: Estrutura agrária e agrícola brasileira: breve histórico; campesinato e ruralidade; sociologia rural; Movimentos sociais rurais; novas relações de trabalho no campo; Concentração fundiária e êxodo rural; Comunicação rural; Paradigmas da extensão rural; Importância da cultura indígena e afro-brasileira na questão agrária; Cooperativismo. <ul style="list-style-type: none">• Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso”, conforme Lei nº 10.741/2003.• Tratamento transversal do tema “O ensino da História e cultura Afro-brasileira”, de acordo com a lei 10.639/03.• Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.	
Bibliografia Básica: ABRAMOWAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1992. HERNANDEZ, L. L. A África em sala de aula: Visita à História Contemporânea . São Paulo: Selo Negro, 2005. ILHA NETO, S. F. Os problemas sociais da agricultura brasileira – um modelo classificatório preliminar . Santa Maria: UFSM, CCR, 2001. LOPES, M. R. Agricultura política – História dos grupos de interesse na agricultura . Brasília: Embrapa, 1996. PEREIRA, A. A. (Org). Ensino de História e culturas afro-brasileiras e indígenas . Rio de Janeiro: Pallas, 2013.	
Bibliografia Complementar: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável . 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Orgs.). Desenvolvimento territorial e agroecologia . São Paulo: Expressão Popular, 2008. CARNEIRO, M. J. Camponeses, agricultores e pluriatividade . Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998. LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar . V. 1. São Paulo: Unicamp, 1993. LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade . V. 3. São Paulo: Unicamp, 1998.	



CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: GESTÃO E EMPREENDEDORISMO RURAL	
Carga Horária (hora-aula): 40	Período Letivo: 3º semestre
Ementa: Importância da Administração para as organizações e para a formação do profissional de Técnico em Agropecuária; Fundamentos da administração; Introdução à Teoria Geral da administração; Administração de Empresas Familiares; Conceitos de Empreendedorismo e Plano de Negócios como ferramenta de planejamento da atividade Rural. *Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso”, conforme Lei nº 10.741/2003. *Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação em Direitos Humanos”, conforme Decreto nº 7.037/2009, Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB Nº 06/2012). * Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.	
Bibliografia Básica: BORNHOLDT, W. Governança na Empresa Familiar – Implementação e Prática. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.	
Bibliografia Complementar: AMENDOLARA, L. A Sucessão na Empresa Familiar. 1. ed. São Paulo: Lazuli, 2005. FRANÇA, A. C. L. Comportamento Organizacional – Conceitos e Práticas. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. LODI, J. B. A Empresa Familiar. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1986. ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. WOOD JUNIOR, T. Gestão Empresarial: o fator humano. São Paulo: Atlas, 2007.	

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: METODOLOGIA CIENTÍFICA E TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	
Carga Horária (hora-aula): 40	Período Letivo: 2º semestre

**Ementa:**

Estudo do processo de produção e circulação do conhecimento científico. O conhecimento científico: natureza e especificidade. O método científico. A pesquisa científica: conceito e classificação. Métodos e técnicas de pesquisa. Gestão da inovação e iniciação científica. Princípios metodológicos para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa. Normas técnicas para a elaboração de trabalhos científicos (ABNT).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. M. Técnicas de Pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

CANONICE, B. C. F. Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos. 2. ed. Maringá: Eduem, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.

KOCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATTAR, J. Metodologia Científica na Era da Informática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: PROJETO INTEGRADOR****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 4º semestre****Ementa:**

Elaboração de um projeto interdisciplinar de cunho investigativo e de intervenção. Estabelecer um diálogo entre os saberes com o objetivo de criar estratégias de intervenção para resolução de problemas reais observados na cadeia produtiva regional. Aplicação dos conhecimentos de maneira prática na produção agropecuária. A relação entre tecnologias e trabalho. O uso das tecnologias em estudo de caso. Pesquisa, extensão e intervenção nas realidades.

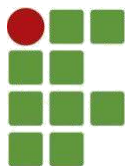
* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento rural sustentável: metodologia de planejamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

**Bibliografia Complementar:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 6023: informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo: Atlas, 2007.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 3º semestre****Ementa:**

Conceito de propriedade rural e ciclo econômico da empresa rural. Projeto e planejamento de atividades rurais. Análise de Mercado. Formação do fluxo de caixa do projeto. Determinação da escala. Aspectos de financiamento e análise de viabilidade econômica. Ética Profissional. Tecnologia da informação. Legislação trabalhista.

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. Comercialização de produtos agrícolas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. 295 p.

MENEZES, L. C. M. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WOILER, S.; MATHIAS, W. F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 2004.

Bibliografia Complementar:

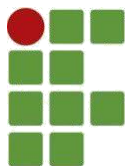
GUIMARÃES, J. J. C. Gestão agropecuária. 1. ed. Brasília: NT Editora, 2015. 160 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. M. Técnicas de Pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RILEY, C. M. C. Alternativas para tornar sua fazenda lucrativa. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 107 p.

SILVA, R. C. da. Planejamento e Projeto Agropecuário: Mapeamento e Estratégias Agrícolas. Série Eixos. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015. 136 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: DESENHO TÉCNICO E INSTALAÇÕES AGROPECUÁRIAS****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 1º semestre**

**Ementa:**

Introdução ao desenho técnico. Instrumentação. Normatização da representação gráfica. Projeção ortogonal. Construções geométricas agropecuárias. Introdução à desenho arquitetônico na agropecuária. Aspectos gerais para implantação de instalações agropecuárias. Principais instalações agropecuárias. Construções alternativas.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório: Educação ambiental (Lei nº 9.795/1999; artigos 5º e 6º do Decreto nº 4.281/2002 e Res. CNE/CP nº 02/2012).

*Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

LIMA, V. C. S. Construções e Instalações Rurais e Zootécnicas. Rio de Janeiro: Editora LT, 2000.

PEREIRA, N. de C. Desenho técnico. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012. STRAUHS, F. do R. Desenho técnico. Curitiba: Base Editorial, 2010.

Bibliografia Complementar:

MAGUIRE, D. E.; SIMMONS, C. H. Desenho técnico. São Paulo: Hemus, 2004. PEREIRA, M. F. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1986. 330 p.

SILVA, A. et al. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

SILVA, R. C. da. Planejamento e Projeto Agropecuário: Mapeamento e Estratégias Agrícolas. Série Eixos. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015. 136 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: IRRIGAÇÃO E DRENAGEM****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 4º semestre****Ementa:**

Apresentação das principais características da agricultura irrigada. Estudo dos sistemas de irrigação por superfície. Estudo dos sistemas de irrigação por aspersão. Estudo dos sistemas de irrigação localizada. Avaliação do desempenho de sistemas de irrigação. Apresentação das principais técnicas de manejo das irrigações. Estudo dos princípios básicos de projetos de irrigação: objetivos, componentes e implicações técnicas, legais e ambientais. Introdução à drenagem de terras agrícolas. Compreensão das complicações técnicas da fertirrigação.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação Ambiental", conforme Lei nº 9.795/1999.

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

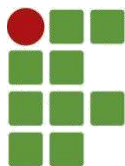
Bibliografia Básica:

AZEVEDO NETTO, J. M. Manual de hidráulica. 8. ed. São Paulo: EDGARD BLÜCHER, 1998. 669 p.

MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: princípios e métodos.

3. ed. Viçosa: UFV, 2009, 355 p.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole, 2008.



SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S. Manual de irrigação. 8. ed. Viçosa: UFV, 2008. 625 p.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE JÚNIOR, A. S. de et. al. Planejamento de irrigação: análise de decisão de investimento. Brasília: Embrapa, 2005. 626 p.

CARVALHO, J. A.; OLIVEIRA, L. F. C. Instalações de bombeamento para irrigação: hidráulica e consumo. 1. ed. Lavras: UFLA, 2008. 353 p.

DELMÉE, G. J. Manual de medição de vazão. 3. ed. São Paulo: EDGAR BLUCHER, 2003. 366 p.

GHEYI, H. R. et al. Recursos Hídricos em Regiões Semiáridas: Estudos e Aplicações. 1. ed. Campina Grande: INSA, 2012.

PENTEADO, S. R. Manejo da água de irrigação: aproveitamento da água em propriedades ecológicas. Campinas: Via Orgânica, 2010.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 3º semestre****Ementa:**

Mecânica aplicada – torque, energia e mecanismos de transformação de energia em trabalho. Tratores Agrícolas (integrado ao conteúdo de termodinâmica em Física II). Noções básicas de funcionamento de motores integrado ao conteúdo de Máquinas térmicas: motores e máquinas utilizadas o manejo do solo do componente curricular física II). Prática de motores. Lubrificação e Lubrificantes. Tipos de tração e mecanismos de transmissão. Maquinários e implementos agrícolas – características e regulagens. Prática de implementos agrícolas. Avaliação do processo de trabalho. Planejamento de mecanização agrícola. Princípios de regulagem de implementos agrícolas (integrado aos conteúdos de Matemática II). Prática de regulagem de implementos agrícolas.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Segurança no Trânsito”, conforme Lei nº 9.503/1997.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação Ambiental”, conforme Lei nº 9.795/1999.

*Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

COMETTI, N. N. Mecanização agrícola. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012.

MONTEIRO, L. de A.; ALBIERO, A. Segurança na operação com máquinas agrícolas. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2013.

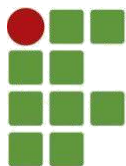
MONTEIRO, L. de A.; SILVA, P. R. A. Operação com tratores agrícolas. Botucatu: FEPAF, 2009.

NOGUEIRA FILHO, H.; HAMANN, J. J. Mecanização agrícola. Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2016.

SILVEIRA, G. M. Máquinas para colheita e transporte. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

Bibliografia Complementar:

MACEDO, D. X. S.; MONTEIRO, L. A.; SANTOS, V. C. Compactação, escarificador e



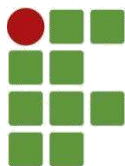
subsolador: identificação, prevenção e correção da compactação através do uso de subsoladores e escarificadores. Fortaleza: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

PORTELLA, J. A. Colheita de grãos mecanizada. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. PORTELLA, J. A. Semeadoras para plantio direto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. SILVA, R. C. Máquinas e Equipamentos Agrícolas. São Paulo: Érica, 2014.

SILVEIRA, G. M. Máquinas para plantio e condução das culturas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO	
Carga Horária (hora-aula): 40	Período Letivo: 2º semestre
<p>Ementa:</p> <p>Introdução à Topografia. Equipamentos Topográficos. Prática de topografia a campo. Orientação e Alinhamentos. Planimetria e Altimetria. Sistema de Posicionamento Global (GPS). Levantamento Topográfico (integrado ao conteúdo Curvas de Nível em Geografia I).</p> <p>*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação Ambiental", conforme Lei nº 9.795/1999.</p> <p>* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BOTELHO, M. H. C.; FRANCISCHI JÚNIOR, J. P.; PAULA, L. S. ABC da Topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros. São Paulo: Blucher, 2018. 328 p.</p> <p>CORMACK, M. J.; SARASUA, W.; DAVIS, W. Topografia. 6. ed. São Paulo: Grupo Gen-LTC, 2016. 428 p.</p> <p>FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160 p.</p> <p>IBRAHIM, F. I. D. Introdução ao Geoprocessamento Ambiental. São Paulo: Érica, 2014. 128 p.</p>	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BIELENKI JÚNIOR, C.; BARBASSA, A. P. Geoprocessamento e Recursos Hídricos. 1. ed. São Carlos: UFSCar, 2012. 257 p.</p> <p>GONÇALVES, J. A. Topografia. 3. ed. São Paulo: Lidel - Zamboni, 2012. 344 p.</p> <p>JUNGHANS, D. Informática aplicada ao desenho técnico. Curitiba: Base Editorial, 2010. 224 p.</p> <p>TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014. 282 p.</p>	

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: AVICULTURA	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 3º semestre

**Ementa:**

Introdução e importância socioeconômica. Raças. Sistemas de criação avícola. Manejo nutricional, reprodutivo e sanitário. Instalações, ambiência, equipamentos e bem-estar animal. Biossegurança. Dejetos e impactos ambientais. Legislação.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Segurança no Trânsito”, conforme Lei nº 9.503/1997;

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação Ambiental”, conforme Lei nº 9.795/1999.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso”, conforme Lei nº 10.741/2003.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação em Direitos Humanos”, conforme Decreto nº 7.037/2009, Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB Nº 06/2012).

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação alimentar e nutricional”, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte.

Minas Gerais: UFV, 2008. 88 p.

COTTA, T. Alimentação de aves. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 238 p.

MACARI, M.; FURLAN, R. L.; GONZALES, E. Fisiologia aviária aplicada a frangos de corte. 2. ed. Facta, 2002, 375 p.

Bibliografia Complementar:

BERCHIERI JÚNIOR, A. Doenças das Aves. 1. ed. São Paulo: Facta, 2009. 1104 p. BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução n. 675, de 21 de junho de 2017.

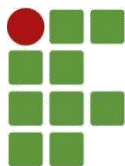
Dispõe sobre o transporte de animais de produção ou interesse econômico, esporte, lazer e exposição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2017. Seção 1, p. 52-53.

COTTA, T. Produção de Pintinhos. 1. ed. Minas Gerais: Aprenda Fácil, 2002. 200 p.

MACARI, M. Manejo de matrizes de corte. 2. ed. São Paulo: Facta, 2005. 421 p.

SANTOS, B. M.; MOREIRA, M. A. S.; DIAS, C. C. A. Manual de Doenças Avícolas. Viçosa: UFV, 2009. 224 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: BOVINOCULTURA DE CORTE****Carga Horária (hora-aula): 80****Período Letivo: 3º semestre**

**Ementa:**

Situação atual e perspectivas para a bovinocultura de corte nacional e regional. Principais raças produtoras de carne. Escore de condição corporal. Manejo nutricional. Sistemas de criação. Controle zootécnico da criação. Sistemas de identificação dos animais. Manejo geral nas fases de criação (cria, recria e terminação).

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Segurança no Trânsito”, conforme Lei nº 9.503/1997.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação Ambiental”, conforme Lei nº 9.795/1999.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação alimentar e nutricional”, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, R. L.; BARBOSA, M. A. A. F. (Orgs.). Bovinocultura de Corte: Desafios e Tecnologias. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2014.

PIRES, A. V. Bovinocultura de corte. Piracicaba: Fealq, v. 1-2, 2010. 760 p.

PRADO, I. N. do. Produção de bovinos de corte e qualidade da carne. Maringá: EDUEM, 2010.

Bibliografia Complementar:

BARCELLOS, J. O. J. Bovinocultura de Corte: Cadeia Produtiva e Sistemas de Produção. Guaíba: Agrolivros, 2011. 256 p.

GOTTSCHELL, C. S. Produção de novilhos precoces: nutrição, manejo e custos de produção. Guaíba: Agropecuária, 2001.

MARQUES, D. da C. Criação de bovinos. 7. ed. Belo Horizonte: CVP Consultoria Veterinária e publicações, 2003. 586 p.

OAIGEN, R. P. et al. Gestão na Bovinocultura de Corte. Guaíba: Agrolivros. 2015. 176 p.

SANTOS, F. A. P.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. Requisitos de Qualidade na Bovinocultura de Corte. Londrina: Fealq, 2007. 331 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: BOVINOCULTURA DE LEITE****Carga Horária (hora-aula): 80****Período Letivo: 4º semestre****Ementa:**

Introdução e importância socioeconômica. Raças. Sistemas de criação na bovinocultura leiteira. Manejo nutricional, reprodutivo e sanitário nas distintas categorias animais. Instalações, ambiência, equipamentos e bem estar animal. Índices zootécnicos. Dejetos e impactos ambientais. Legislação.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Segurança no Trânsito”, conforme Lei nº 9.503/1997.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação Ambiental”, conforme Lei nº 9.795/1999.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso”, conforme Lei nº 10.741/2003.



*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação em Direitos Humanos”, conforme Decreto nº 7.037/2009, Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB Nº 06/2012).

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação alimentar e nutricional”, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

BERCHIELLI, T. T. et al. Nutrição de Ruminantes. 2. ed. São Paulo: Funep, 2006. 583 p.

EMBRAPA. Manual de bovinocultura de leite. Belo Horizonte: SENAR-AR/MG, 2010. 607 p.

SILVA, J. C. P. M. Manejo de vacas leiteiras a pasto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 170 p.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução n. 675, de 21 de junho de 2017. Dispõe sobre o transporte de animais de produção ou interesse econômico, esporte, lazer e exposição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2017. Seção 1, p. 52-53.

CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 195 p.

HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. Reprodução Animal. 7. ed. São Paulo: Manole, 2004, 513 p.

SILVA, J. C. P. M. Bem-estar do Gado leiteiro: como manter o alto desempenho do gado em temperaturas desfavoráveis. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 126 p.

SILVA, J. C. P. M.; VELOSO, C. M. Raças de gado leiteiro. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 149 p.

TAYLOR, M. A.; COOP, R. L.; WALL, R. Parasitologia veterinária. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 742 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: OVINOCAPRINOCULTURA****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 4º semestre****Ementa:**

Importância social e econômica dos ovinos e caprinos no Brasil. Finalidades da ovinocultura e caprinocultura. Produção e comercialização dos produtos. Sistemas de criação. Instalações zootécnicas. Principais raças de ovinos e caprinos. Manejo geral da criação. Sanidade. Forragens utilizadas na alimentação de caprinos.

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

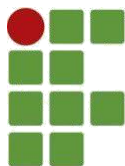
CHAPAVAL, L. et al. Manual do Produtor de Cabras Leiteiras. 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2017. 204 p.

PINHEIRO, R. S. B. Manual do Criador de Ovinos. Viçosa: UFV, 2018. 112 p.

QUADROS, D. G.; CRUZ, J. F. Produção de Ovinos e caprinos de corte no Brasil. Salvador: Eduneb, 2017. 297 p.

Bibliografia Complementar:

AISEN, E.G. Reprodução ovina e caprina. São Paulo: Medvet, 2008. 203 p.



CHAGAS, A. C. S.; VERÍSSIMO, C. J.; SANTANA, R. C. M. Principais Enfermidades e Manejo Sanitário de Ovino. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2017. 103 p.
 GOUVEIA, A. M. G.; ARAÚJO, E. C.; SILVA, G. J. Criação de ovinos de corte (raças e cruzamentos). Guarulhos: LK Editora, 2006. 100 p.
 SELAIVE, A. B.; OSÓRIO, J. C. S. Produção de Ovinos no Brasil. São Paulo: Grupo Gen, 2014. 656 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: FORRAGICULTURA E PASTAGENS****Carga Horária (hora-aula): 80****Período Letivo: 2º semestre****Ementa:**

Sistemas de pastejo. Morfologia de gramíneas e leguminosas. Classificação e características gerais das principais espécies forrageiras. Plantas tóxicas e invasoras. Planejamento, formação, recuperação e manejo de pastagens. Conservação de forragem. Sistemas de integração com pastagens.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação Ambiental", conforme Lei nº 9.795/1999.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação alimentar e nutricional", conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

ALCÂNTARA, P. B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1988. 162 p.

FONSECA, D. M.; MARSTUCELLO, J. A. Plantas Forrageiras. 1. ed. Viçosa: UFV, 2010. 537 p.

KLUTHCOUSKI, J.; STONE, L. F.; AIDIR, H. Integração lavoura-pecuária. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2003.

VILELA, H. Pastagem: Seleção de Plantas Forrageiras, Implantação e Adubação. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 340 p.

Bibliografia Complementar:

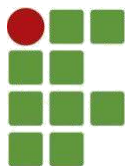
MATOS, F. J. de A. et al. Plantas Tóxicas: estudos de fitotoxicologia química de plantas brasileiras. 1. ed. São Paulo: Plantarum, 2011. 247 p.

MELADO, J. Manejo de Pastagem Ecológica: Um Conceito para o Terceiro Milênio. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000. 223 p.

MELADO, J. Pastoreio Racional Voisin: Fundamentos, Aplicações e Projetos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 296 p.

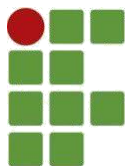
SILVA, S. Plantas Tóxicas: Inimigo Indigesto. 1. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2010. 179 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais**



Componente Curricular: PISCICULTURA E APICULTURA	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 3º semestre
<p>Ementa: Ambiente e qualidade da água para a piscicultura. Construção de tanques. Calagem e adubação de tanques para piscicultura. Alimentação. Espécies nativas e exóticas de peixes. Importância social, econômica e história da Apicultura. Produtos das abelhas. Principais espécies de interesse zootécnico. Constituição da colméia. Instalação do apiário. Materiais e equipamentos utilizados na Apicultura. Manejo geral no apiário.</p> <p>* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.</p>	
<p>Bibliografia Básica: MOREIRA, H. L. M. et al. Fundamentos da moderna aquicultura. Canoas: ULBRA, 2001. 200 p. OLIVEIRA, J. S.; COSTA, P. S. C. Manual Prático de Criação de Abelhas. 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2018. 424 p. SANTOS, A. C. S. S. Tilápia Criação Sustentável em Tanques-Rede Licenciamento, Implantação e Gestão. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 244 p. WIESE, H. Apicultura - Novos Tempos. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 378 p.</p>	
<p>Bibliografia Complementar: COUTO, R. H. N. Apicultura: Manejo e Produtos. 3. ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 193 p. KUBITZA, F. Apostila Piscicultura em Sistema de Recirculação. Jundiá: AcquaSupre, 2014. OSTRENSKY, A. Piscicultura: fundamentos e técnicas de manejo. Guaíba: Agropecuária, 1998. 211 p. ROCHA, J. S. Apicultura - Manejo de alta produtividade. Guaíba: Agrolivros, 2018. 96 p.</p>	

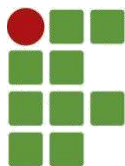
CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: SUINOCULTURA	
Carga Horária (hora-aula): 40	Período Letivo: 1º semestre
<p>Ementa: Introdução, situação e perspectiva da suinocultura nacional e mundial. Manejo dos animais do nascimento ao abate. Manejo alimentar, reprodutivo e sanitário. Planejamento da produção suinícola. Manejo de dejetos.</p>	
<p>Bibliografia Básica: DIAS, A. C. et al. Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos. Brasília: ABCS/MAPA, 2011. 140 p. FERREIRA, R. A. Suinocultura: Manual Prático de Criação. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012. 433 p. SOBESTIANSKY, J. et al. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: Embrapa-SPI, 1998. 388 p.</p>	
<p>Bibliografia Complementar: BERTECHINI, A. G. Nutrição de monogástricos. Lavras: UFLA/FAEPE, 2006. FERREIRA, R. A. Suinocultura Manual Prático de Criação. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012. 433</p>	



p.
MAFESSONI, E. L. Manual prático para produção de suínos. Guaíba: Agrolivros, 2014. 472 p.
p.
SEGANFREDO, M. A. Gestão Ambiental na Suinocultura. Brasília: Embrapa, 2007. 302 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ANIMAL	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Composição e classificação dos alimentos destinados aos animais de produção domésticos. Análises bromatológicas de alimentos. Aspectos gerais do sistema digestório de ruminantes e monogástricos. Princípios nutritivos das proteínas, dos lipídios, dos glicídios, das vitaminas, dos minerais e dos aditivos. Utilização de alimentos e suplementos na dieta animal. Balanceamento de rações. * Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.	
Bibliografia Básica: BERCHIELLI, T. T. et al. Nutrição de Ruminantes. 2. ed. São Paulo: Funep, 2006. 583 p. BUTOLO, J. E. Qualidade de ingredientes na alimentação animal. Campinas: CBNA, 2002. 430 p. LANA, R. P. Nutrição e alimentação animal: (mitos e realidades). 2. ed. Viçosa: UFV, 2007. 344 p.	
Bibliografia Complementar: ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição Animal. V 1. São Paulo: Nobel, 1981a. 395 p. ANDRIGUETTO, J. M. et al. Nutrição Animal. V. 2. São Paulo: Nobel, 1981b. 425 p. DETMANN, E.; SOUZA, M. A.; VALADARES FILHO, S. C. Métodos para análise de alimentos. Visconde do Rio Branco: Suprema, 2012. 214 p. NUNES, I. J. Nutrição Animal Básica. 2. ed. Belo Horizonte: FEP-MVZ Editora, 1998. 387 p. SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos. 3. ed. Viçosa: UFV, 2002. 235 p. VALADARES FILHO, S. C., MACHADO, P. A. S., CHIZOTTI, M. L. et al. Tabelas brasileiras de composição de alimentos para bovinos. 3. ed. Viçosa: UFV-DZO, 2010. 502 p.	

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: TECNOLOGIAS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	
Carga Horária (hora-aula): 40	Período Letivo: 4º semestre

**Ementa:**

Composição e valor nutricional dos alimentos de origem animal (carne, leite, mel, ovos e pescados). Análises físico-químicas e microbiológicas dos alimentos. Princípios e métodos de conservação. Tecnologia e processamento de produtos de origem animal. Higiene e controle de qualidade. Dejetos e impactos ambientais. Legislação.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Segurança no Trânsito”, conforme Lei nº 9.503/1997.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação Ambiental”, conforme Lei nº 9.795/1999.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso”, conforme Lei nº 10.741/2003.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação em Direitos Humanos”, conforme Decreto nº 7.037/2009, Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CEB Nº 06/2012).

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório “Educação alimentar e nutricional”, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.

ODÓÑEZ, J. A. et al. Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos. v. 1. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005a. 294 p.

ODÓÑEZ, J. A. et al. Tecnologia de alimentos: alimentos de Origem Animal. v. 2. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005b. 279 p.

Bibliografia Complementar:

LOPES, T. H. et al. Higiene e manipulação de alimentos. Curitiba: LT, 2012. 168 p.

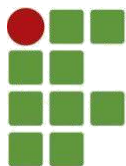
OETTERER, M.; ARCE, M. A. B. R. D.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2006. 612 p.

PINTO, P. S. A. Inspeção e Higiene de Carnes. 1. ed. Minas Gerais: UFV, 2008. 320 p.

RAMOS, E. M.; GOMIDE, L. A. M. Avaliação da qualidade de carne: fundamentos e metodologias. Viçosa: UFV, 2017. 472 p.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015. 888 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: CULTURAS I	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 2º semestre

**Ementa:**

Principais culturas anuais: milho, trigo, soja, feijão e arroz, quanto à: Importância e usos; botânica e fenologia; ciclo e manejo; exigências edafoclimáticas; controle de pragas, invasoras e fitopatogenias; tecnologia de colheita e armazenamento.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação Ambiental", conforme Lei nº 9.795/1999.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação alimentar e nutricional", conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

EMBRAPA. Sistemas de produção. [S. l.]. Disponível em:

<<https://www.spo.cnptia.embrapa.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

IAPAR. Instituto Agrônomo do Paraná. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.iapar.br/>>.

Acesso em: 15 mar. 2019.

MATIELLO, J. B. et al. Cultura do café no Brasil: novo manual de recomendações. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Procafé, 2005. 434 p.

PAULA, J. T. J. de; VEZON, M. (Coords). 101 Culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 800 p.

Bibliografia Complementar:

ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas. 9. ed. Andrei Editora, 2013.

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. V. 1-2. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1995.

FLOSS, E. L. Fisiologia das plantas cultivadas: o estudo que está por trás do que se vê. Passo Fundo: UPF, 2004.

GALLO, D. et al. Entomologia agrícola. Piracicaba: Fealq, 2002. 920 p. VIDAL, R. Ação dos herbicidas: Plantio direto. [S.l.]: Ed. Própria, 2002.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: CULTURAS II****Carga Horária (hora-aula): 80****Período Letivo: 3º semestre****Ementa:**

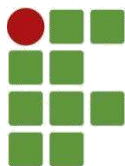
Técnicas agrícolas de cultivo, envolvidas desde o preparo do solo até a colheita, beneficiamento, comercialização dos produtos obtidos das culturas comerciais de interesse agrícola na região (algodão, café, cana-de-açúcar, algodão). Manejo fitossanitário em áreas agrícolas.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação alimentar e nutricional", conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

PAULA JUNIOR, J. T.; VEZON, M. Culturas: manual de tecnologias agrícolas. Belo



Horizonte: EPAMIG, 2007. 800 p.

PEDROSA, M. G. Culturas Anuais. Brasília: NT Editora, 2014. 161 p.

SANTOS, F.; BORÉM, A. Cana-de-açúcar: do plantio à colheita. [S. l]: Editora UFV, 2016.

Bibliografia Complementar:

BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. V.1-2. 3. ed. São Paulo: Ceres, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno de aulas práticas da cafeicultura. Brasília, DF: IFB, 2016. 183 p. (Caderno de aulas práticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

SANTOS, F.; BORÉM, A.; CALDAS, C. Cana de açúcar: bioenergia, açúcar e álcool. Tecnologias e Perspectivas. Viçosa: Editora UFV, 2009. 577 p.

SILVA, R. C. da. Produção Vegetal - Processos, Técnicas e Formas de Cultivo. São Paulo: Érica, 2014.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: CULTURAS III****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 4º semestre****Ementa:**

Agronegócio, ecofisiologia, botânica e fenologia; ciclo e manejo; exigências edafoclimáticas; nutrição e adubação. manejo de insetos, doenças e plantas espontâneas e tecnologias de produção em culturas agrícolas alternativas de possibilidade para o desenvolvimento econômico da região oeste do Paraná. Como por exemplo: Girassol, Batata, Amendoim, Canola, Aveia, Sorgo.

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

BORÉM, A.; PIMENTEL, L.; PARRELLA, R. Sorgo: do Plantio à Colheita. V. 1. 1. ed. Viçosa: UFV, 2014. 275 p.

CAVASIN JÚNIOR, C. P. A cultura do girassol. Guaíba: Agropecuária, 2001. 69 p.

DIAS, J. C. A. Canola/colza: alternativa de inverno com perspectiva de produção de óleo comestível e energético. Pelotas: Embrapa-CPATB, 1992. 46 p. (Embrapa CPATB. Boletim de Pesquisa, 3).

EMBRAPA/CPATB. O cultivo da Batata na Região Sul do Brasil. Pelotas: Embrapa/Soja, 2003. 567 p.

Bibliografia Complementar:

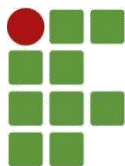
COMISSÃO BRASILEIRA DE PESQUISA DE AVEIA. Indicações técnicas para cultura da aveia. [S. l]: Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária, 2006.

LOOMIS, R. S.; CONNOR, D. J. Crop ecology: productivity and management in agricultural systems. Cambridge, 1992. 538 p.

POTAFOS. Ecofisiologia da produção agrícola. Piracicaba: POTAFOS, 1987. 249 p.

UFRGS. Girassol: indicações para o cultivo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1990, 71 p.

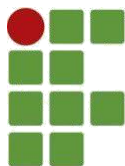
VENZON, M.; TRAZILBO JÚNIOR, J. de P. 101 culturas: Manual de tecnologias



CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Histórico da evolução dos sistemas agrícolas. Sustentabilidade Ecologia de agroecossistemas. A agrobiodiversidade: seu manejo e seus múltiplos benefícios para a sustentabilidade dos agroecossistemas.. Conceitos de agroecologia. Princípios e práticas agroecológicas e suas aplicações. Princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. Manejo agroecológico dos recursos naturais em ambientes marginais. Sistemas de Policultivos. Cultivos de cobertura e cobertura morta. Rotação de culturas e cultivo mínimo. Sistemas Agroflorestais. Sementes Crioulas. Controle biológico por meio do manejo dos habitats. Teoria da trofobiose. Manejo Agroecológico da fertilidade do sol. O Desenvolvimento Rural no contexto da sustentabilidade. A agroecologia como estratégia de desenvolvimento e educação Ambiental conforme legislação vigente. Agriculturas de base agroecológica. Legislação da produção agroecológica e orgânica. * Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.	
Bibliografia Básica: ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009. ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 400 p. FÁVERO, C. Coleção Transição Agroecológica – Agroecologia: princípios e reflexões conceituais. [S. l]: Embrapa, 2013. GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.	
Bibliografia Complementar: ALTIERI, M. A. et al. Biotecnologia agrícola: mitos, riscos ambientais e alternativas. Editora Vozes, 2004. AMARAL, A. A. do. Fundamentos de Agroecologia. Curitiba: Editora LT, 2012. AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agroecologia Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, 2005. VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 226 p. MCNEELY, J. A.; SCHERR, S. J. Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.	



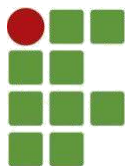
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: HORTICULTURA	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: <p>Classificação da horticultura, importância social, econômica e alimentar. Exigências ecológicas e classificação das plantas. Sistemas de produção, Métodos de propagação, elaboração de cronograma de cultivo, implantação de hortas, olerícolas regionais, pomares, tratamentos culturais e fitossanitários, adubação, colheita, pós-colheita, processamento e comercialização das hortícolas regionais. Dendrologia, dendrometria e inventário florestal. Ecologia, desenvolvimento, legislação e manejo florestal. Viveiros florestais, formação, regeneração e manejo de povoamentos florestais. Agrosilvicultura; melhoramento florestal; noções de tecnologia florestal e da madeira. Cultivo das principais espécies madeiras adaptadas a região.</p> <p>* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.</p> <p>* Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação alimentar e nutricional", conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).</p> <p>* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.</p>	
Bibliografia Básica: <p>FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa: UFV, 2008.</p> <p>FACHINELLO, J. C. Fruticultura: fundamentos e práticas. Clima Temperado. Brasília: Embrapa, 2009.</p> <p>NEVES, L. C. (Org.). Manual Pós-Colheita da fruticultura brasileira. Londrina: EDUEL, 2009. 494 p.</p> <p>GALVÃO, A. P. M. Reflorestamento de Propriedades Rurais para fins produtivos e ambientais. [S. l.]: EMBRAPA, 2000. 351 p.</p> <p>LORENZI, H. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. V. 1. 2. ed. São Paulo : Plantarum, 1998.</p>	
Bibliografia Complementar: <p>FURLANI, P. R. Cultivo de frutas e hortaliças em ambiente protegido. Fortaleza: Instituto Frutal, 2009.</p> <p>RUPP, L. C. Produção orgânica de frutas e hortaliças. Fortaleza: Instituto Frutal, 2009.</p> <p>SOUZA, J. L. de ; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Viçosa: 2003.</p> <p>CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de fruteiras tropicais. São Paulo: Nobel, 1997. 111 p.</p> <p>POMMER, C. V. Uva: tecnologia de produção, pós-colheita, mercado. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003. 778 p.</p> <p>ZAMBOLIM, L. Manejo integrado – Produção integrada frutíferas tropicais. Viçosa: UFV, 2003.</p> <p>BARBOSA, C. A. Manual da Cultura de Eucalipto e Pinus. Viçosa: Agrojuris, 2010. 170 p.</p> <p>BRUN, E. J. Aspectos Ambientais das Florestas Plantadas. In: MARTIN, T. N.; ZIECH, M. F. Sistemas de Produção Agropecuária. Dois Vizinhos: UTFPR / Mastergraf, 2008.</p>	



SOARES, C. P. B.; PAULA NETO, F.; SOUZA, A. L. Dendrometria e Inventário Florestal. Viçosa: UFV, 2006. 272 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: GÊNESE, MORFOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 1º semestre
Ementa: Introdução à ciência do solo. Edafologia e Pedologia. Morfologia do Solo. Características do solo: físicas, químicas e biológicas dos solos. Petrografia do solo. Fatores de formação do solo, intemperismo e processos de pedogênese. Erosão e conservação do solo. Classificação de uso das terras. Sistemas de classificação de solos. Solos do Brasil e do Paraná. * Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.	
Bibliografia Básica: BRADY, N. C.; WEIL, R. R. Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. EMBRAPA. Sistema brasileiro de classificação de solos. 3. ed. Rio de Janeiro: Embrapa, 2013. 353 p. CORINGA, E. de A. O. Solos. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012. 248 p.	
Bibliografia Complementar: LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p. PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002. 549 p. REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole, 2008. WHITE, R. E. Princípios e práticas da ciência do solo: o solo como um recurso natural. 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009. 426 p.	

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR	
Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Componente Curricular: FERTILIDADE, MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS	
Carga Horária (hora-aula): 80	Período Letivo: 2º semestre

**Ementa:**

Leis gerais da fertilidade do solo. Matéria orgânica do solo e ciclagem de nutrientes. Influência dos microorganismos do solo na fertilidade. Macronutrientes e micronutrientes. Disponibilidade e mobilidade dos nutrientes no Solo. Função dos nutrientes na planta. Manejo da fertilidade: calagem e gessagem. Elementos não-essenciais e tóxicos. Princípios de diagnose visual. Amostragem de solos. Análise química de solo e planta. Interpretação das análises e recomendações de adubação. Conceitos de hidrologia aplicado ao manejo do solo. Erosão do solo. Estimativas do escoamento superficial e perda de solo. Degradação física, química e biológica do solo. Práticas de conservação do solo e da água. Capacidade de uso e aptidão agrícola das terras. Planejamento do uso e manejo do solo. Recuperação de áreas degradadas.

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

BERTONI, J.; LOMBARDI, NETO, F. Conservação do Solo. 9. ed. Piracicaba: Livroceres, 2014.

EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição mineral de plantas: princípios e perspectivas. 2. ed. Londrina: Planta, 2006.

NOVAIS, R. F. Fertilidade do solo. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007.

PRUSKI, F. F. Conservação de Solo e Água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. 2. ed. Viçosa: UFV, 2009.

Bibliografia Complementar:

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p.

LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2002. 178 p.

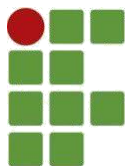
LIMA FILHO, O. F. et al. Adubação Verde e Plantas de Cobertura no Brasil. Brasília: Embrapa, 2014.

PENTEADO, S. R. Adubação na agricultura ecológica: cálculo e recomendação numa abordagem simplificada. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2009.

PRIMAVESI, A. Pergunte ao Solo e às Raízes. Barueri: Nobel, 2014.

SCHNEIDER, P.; GIASSON, E.; KLAMT, E. Classificação da aptidão agrícola das terras: um sistema alternativo. Guaíba: Agrolivros, 2007. 72 p.

CAMPUS ASSIS CHATEAUBRIAND DO IFPR**Curso: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA****Eixo Tecnológico: Recursos Naturais****Componente Curricular: TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL****Carga Horária (hora-aula): 40****Período Letivo: 4º semestre**

**Ementa:**

Fundamentos de higiene para a manipulação de alimentos. Conservação e armazenamento de alimentos. Fisiologia pós-colheita de frutas e hortaliças; princípios e técnicas de conservação de frutas e hortaliças; Tecnologias de processamento de frutas e vegetais: conservas de vegetais, geleias, doces em massa e sucos de frutas; Tecnologia de produção de açúcar a partir de cana-de-açúcar; Tecnologia de produção de óleo de soja. Legislação aplicada a produtos de origem vegetal. Serviços de inspeção Municipal, Estadual e Federal. Controle de qualidade. Conteúdos ministrados através de aulas

teóricas complementadas com aulas laboratoriais e em cozinha agroindustrial.

*Tratamento transversal do conteúdo obrigatório "Educação alimentar e nutricional", conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução CNE/CEB nº 02/2012).

* Exibição de filmes de produção nacional integrada à proposta pedagógica, atendendo a Lei nº 13.006/2014 e § 8º do artigo 26 da Lei 9.394/1996.

Bibliografia Básica:

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio. 2. ed. Lavras: UFLA, 2005. 783 p.

FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.

OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. São Paulo: Manole, 2006.

PESSOA, T.; SILVA, D. R. S.; GURJÃO, F. F. Tecnologia de tratamento de frutas e hortaliças. 1. ed. Brasília: NT Editora, 2017. 182 p.

Bibliografia Complementar:

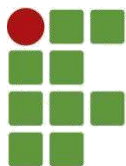
ALVARENGA, A. L. B.; SARANTOPOULOS, C. I. G. L.; TOLEDO, J. C. Processamento mínimo de frutas e hortaliças: tecnologia, qualidade e sistema de embalagem. Brasília: Embrapa, 2011. 144 p.

EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 2005. JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MORETTI C. L. Manual de Processamento Mínimo de Frutas e Hortaliças. [S. I]: Sebrae/Embrapa, 2007.

7. INFRAESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA

Materiais, equipamentos e espaços físicos	Existentes no campus	Disponibilizado pelo(a) conveniado(a)	A adquirir ou construir
Biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado.	1	0	0
Laboratório de informática com programas específicos.	1	0	0
Laboratórios didáticos de Química e Biologia.	1	0	0
Laboratório didático de desenho.	1	0	0

**INSTITUTO FEDERAL**

Paraná

PROENS



Ministério da Educação

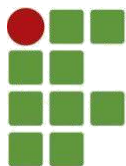
Laboratório didático de topografia.	0	0	1
Oficina didática de mecanização agrícola.	0	0	1
Unidades de produção animal, vegetal e agroindustrial.	0	0	1

8. INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS

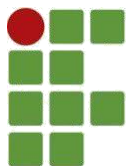
O IFPR, *campus* Assis Chateaubriand, conta com estruturas para acessibilidade, com rampas de acesso, elevadores e sinalizações e, ainda, para o atendimento ao discente, conta com o suporte do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas), na qual compete promover acompanhamento psicopedagógico aos discentes, executar os programas de assistência estudantil do IFPR, prestar atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais e gerenciar ações de educação inclusiva.

Em termos de estrutura de pessoal, o NAPNE e seus núcleos contam com pedagogos, assistente social e psicólogo. A infraestrutura laboratorial existente e necessária segue descrita na tabela:

Materiais, equipamentos e espaços físicos	Existente no campus	Disponibilizado pelo(a) conveniado(a)	A adquirir ou construir
Sala para o Atendimento Educacional Especializado			X
Mesa para estudo em grupo para o AEE			X
Totem em Braille de reconhecimento espacial para pessoas cegas			X
Plaquetas em Braille para identificação dos setores			X
Piso tátil para direcional			X



Cadeiras adequadas para pessoas obesas fixas			X
Cadeiras adequadas para pessoas obesas com rodízio			X
Pias para banheiros adequadas para uso de cadeirantes			X
Sistema de saída para cadeirantes em situações de incêndio (com inatividades do elevador)			X
Sistema de acionamento do elevador por voz ou outra adequação para cadeirante limitação motora nos braços			X
Sinalizadores de incêndio sonoros (para cegos) e visuais (para surdos)			x
Cadeira giratória sem braços	X		
Cadeira giratória sem braços	X		
Cadeira fixa estofada tubular	X		
Conjunto escolar c/ 1 Mesa e 1 Carteira	X		
Conjunto escolar c/ 1 Mesa e 1 Carteira	X		
Armário Alto 2 Portas 160x90x50 cm	X		
Scanner Pequeno Porte	X		
Impressora Braille (100CPS)	X		
Fone de Ouvido com Microfone Headset	X		
Fone de Ouvido com Microfone Headset	X		
Fone de Ouvido com Microfone Headset	X		
Fone de Ouvido com Microfone Headset	X		
Fone de Ouvido com Microfone Headset	X		
Poltrona Básica Fixa 01 Lugar 84x82x70cm	X		
Poltrona Básica Fixa 01 Lugar	X		

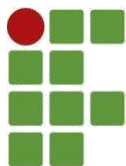


Sofá 2 Lugares	X		
NOTEBOOK PROBOOK 4540S	X		
NOTEBOOK PROBOOK 4540S	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	x		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Tablet - 32 GB /RAM* GALAXY	X		
Ar Condicionado 12.000 BTU	x		
Quadro Para Avisos de Cortiça 90 x 120 cm	x		

9. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O corpo docente do Curso Técnico em Agropecuária será composto por professores do IFPR, *campus* Assis Chateaubriand:

DOCENTES	
QUANT.	PERFIL DE FORMAÇÃO
4	Bacharel Engenharia Agrônômica
2	Bacharel Zootecnia
1	Licenciatura em Geografia
1	Bacharel Administração
1	Licenciatura em História
2	Licenciatura em Geografia



TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	
QUANT.	CARGO
6	Assistente em Administração
2	Assistentes de alunos
2	Técnico em Assuntos Educacionais
4	Técnicos de Laboratório
1	Bibliotecário
1	Diretor de Administração. e Planejamento
1	Contador
1	Psicólogo
1	Pedagogo
1	Assistente Social

10. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

O PPC será de construção contínua e permanente pelo colegiado do curso, com acompanhamento sistemático semestral com a participação dos sujeitos envolvidos, a fim de que seja um processo democrático e participativo, desse modo, poderá ser reformulado e reajustado ao final de cada ciclo de formação.

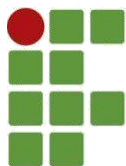
Após a integralização de cada turma será elaborado um relatório de avaliação do PPC de acordo com a IIP 04/2018, Capítulo V, Art. 59, 60 e 61.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

IBGE. **Censo Demográfico, 2017**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 90.922**, de 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Brasília: Casa Civil, 1985.



BRASIL. **Lei nº 9.394/94**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990.

BRASIL. **Lei nº 5.524/1968**, de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Brasília: Casa Civil, 1968.

BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

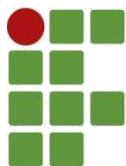
BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.037**, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394/94**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009



BRASIL. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.** Estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília, DF, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.**

Disponível em:

<[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31\(atualizada\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012F53EC9BF67FC5/NR-31(atualizada).pdf)>. Acesso em: 15 de março de 2019.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 16, de 3 de outubro de 1999.** Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, Brasília: Ministério da Educação, 1999a.

BRASIL. **Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 5 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Brasília: MEC, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução CONSUP/IFPR nº 01, de 23 de janeiro de 2017.** Altera a resolução 54/2011 que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Curitiba: IFPR, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução Nº 50, de 14 de julho de 2017.** Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. Curitiba: IFPR, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012.** Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. Curitiba: IFPR, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução CONSUP/IFPR nº 54, de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Curitiba: IFPR, 2011.

FRIGOTTO, G. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. PERSPECTIVA**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – Campus Assis Chateaubriand. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI do IFPR Campus Assis Chateaubriand - 2019 - 2023**. Assis Chateaubriand-PR, 2018.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012**. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

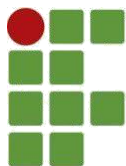
SEAB/DERAL - **Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná** (2018). Disponível em <http://www.agricultura.pr.gov.br>. Acesso em 2 de fevereiro de 2019.

ANEXOS

ANEXO 1 - Regulamento para execução do Projeto Integrador

ANEXO 2 - Regulamento de estágio não obrigatório do curso Técnico em Agropecuária

Outros anexos encontram-se na primeira versão do PPC dentro do processo SEI 23411.006627/2018-75



ANEXO 1 - Regulamento para execução do Projeto Integrador

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento estabelece normas, procedimentos, mecanismos de avaliação e diretrizes para a execução do Projeto Integrador pelo corpo discente do curso técnico em Agropecuária a ser seguido como orientação no respectivo componente curricular.

Parágrafo único. Considera-se corpo discente o aluno, devidamente matriculado junto à instituição.

Art. 2º O Projeto Integrador é condição obrigatória para a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária conforme o previsto no Projeto Pedagógico do Curso e de acordo com este Regulamento.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 3º. É objetivo geral do componente curricular de Projeto Integrador desenvolver a capacidade de aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso por meio da execução de uma atividade prática interdisciplinar. Para atender a esse objetivo, essa disciplina nunca poderá ser ofertada no primeiro ano do curso.

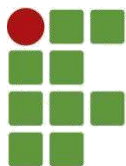
Art. 4º. São objetivos específicos da disciplina de Projeto Integrador:

- a) Promover condições para que o estudante reflita criticamente sobre as informações e experiências recebidas e vivenciadas, observando os critérios profissionais e científicos;
- b) Desenvolver a capacidade de planejamento para identificar, analisar e programar abordagens e soluções para problemas reais;
- c) Oportunizar ao estudante um ambiente que o direcione para uma reflexão crítica e contextualizada da dinâmica das cadeias produtivas agropecuárias em relação ao tema desenvolvido no projeto.

Art.5º. O Projeto Integrador deve abordar, de forma interdisciplinar, as temáticas de formação presentes nas diversas unidades curriculares do curso Técnico em Agropecuária, não estando limitadas a estas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 6º. O Projeto Integrador é o resultado do esforço de síntese, envolvendo atividades interdisciplinares com os conteúdos ministrados no transcorrer do curso,



realizado pelo discente, para articular os conhecimentos teóricos adquiridos até o momento da realização do trabalho com o processo de investigação e análise acerca de um tema de seu interesse.

Art. 7º. O Projeto Integrador é um trabalho resultante de pesquisas orientadas nas subáreas do curso técnico em Agropecuária, devendo ser realizado com a finalidade de adquirir fundamentação consistente em relação a conhecimentos teórico-práticos, adquiridos no decorrer do curso.

Art. 8º A orientação do estudante no Projeto Integrador será efetuada pelos docentes do curso técnico Técnico em Agropecuária durante todo o desenvolvimento do Projeto Integrador, podendo incluir coorientadores, mentores e colaboradores externos, desde que esteja de acordo com o professor-orientador.

Parágrafo único. Caberá aos estudantes a escolha do orientador e, junto com o mesmo, a escolha do tema. Ao orientador é facultada a aceitação do convite para a orientação.

Art. 9º. O Projeto Integrador deve ser individual.

Art. 10º Os estudantes matriculados na unidade curricular Projeto Integrador deverão apresentar sua proposta de trabalho ao docente da componente curricular, através de formulário próprio e no prazo máximo, disponibilizado pelo docente.

§ 1º A proposta de que trata este artigo deve ser acompanhada de parecer da anuência do orientador.

§ 2º A proposta será avaliada pelo professor da componente curricular.

§ 3º O desenvolvimento do trabalho só se dá a partir da aprovação da proposta de trabalho por parte do professor responsável pelo componente curricular.

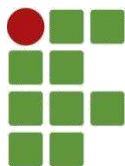
Art. 11º As datas e horários da orientação devem ser acordados entre orientador e orientandos.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO E CONCLUSÃO

Art. 12º. A atribuição dos conceitos dos estudantes em Projeto Integrador será individual, de acordo com o efetivo trabalho desenvolvido.

Art. 13º. A sistemática de avaliação do trabalho final seguirá as seguintes etapas:

- a) Para encaminhar do trabalho à avaliação, os discentes entregarão ao professor orientador seu trabalho em formato eletrônico;
- b) A banca avaliadora deve ser composta por, no mínimo, três membros, sendo um deles o professor orientador do trabalho avaliado;



- c) Após a avaliação o estudante terá 10 (dez) dias úteis para efetuar as correções propostas e entregar a versão final no formato de arquivo *Portable Document Format* (PDF) ao Coordenador do Curso dentro do prazo estabelecido.

Art. 14º. Os trabalhos serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- a) Estrutura do trabalho e desenvolvimento de suas partes (de acordo com as normas apresentadas em manual próprio, sendo imprescindível a apresentação de: introdução, procedimentos metodológicos adotados, resultados e discussão do trabalho, conclusão e referências bibliográficas;
- b) Escrita: desenvolvimento do texto de acordo com as normas da língua portuguesa, digitação, ortografia, gramática, concordância, etc;
- c) Capacidade para desenvolver o raciocínio crítico sobre o tema; domínio do assunto de forma coesa, concisa, clara e objetiva;
- d) Capacidade de relacionar a teoria à prática, observação, argumentação e sistematização de ideias;
- e) Formatação do trabalho de acordo com as normas apresentadas em manual próprio, na disciplina de Projeto Integrador;
- f) Desenvolvimento do discente: seriedade na realização do trabalho, comprometimento, realização das tarefas solicitadas dentro dos prazos, assiduidade e pontualidade aos horários de orientação.
- g) Mérito e relevância do trabalho apresentado.

Art. 15º. Os discentes somente poderão submeter seu projeto à avaliação da banca examinadora se possuírem frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do componente curricular Projeto Integrador, excetuando-se os casos amparados em lei.

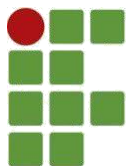
Art. 16º. A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada “falta grave”, estando o discente sujeito às penalidades previstas, que incluem a hipótese de “reprovação sem direito a correções”. Caso o professor-orientador tenha indícios de plágio de trabalhos de terceiros, deverá encaminhar um pedido para investigação junto ao Colegiado do Curso para a deliberação do caso.

Art. 17º. O estudante reprovado poderá matricular-se no semestre seguinte, podendo dar continuidade ao trabalho realizado, com a organização de um novo grupo, ou elaborar um novo trabalho.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 18º. São responsabilidades do coordenador de curso:

- a) Convocar, quando necessário, e coordenar as reuniões com os docentes;



b) Garantir aos estudantes orientações para a realização do Projeto Integrador.

Art. 19º. São responsabilidades do professor do componente curricular Projeto Integrador:

- a) Responder pelos documentos pedagógicos, tais como planos de ensino e diários de classe;
- b) Organizar as bancas de apresentação do trabalho final, em conjunto com o coordenador de curso.

Art. 20º. Qualquer membro do colegiado do curso técnico em Agropecuária atuar como orientadores de projetos do componente curricular Projeto Integrador. São responsabilidades dos Professores Orientadores:

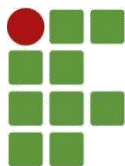
- a) Orientar o discente na elaboração e desenvolvimento do Projeto Integrador;
- b) Orientar e indicar bibliografia adequada à elaboração do projeto;
- c) Acompanhar a elaboração do Projeto Integrador, observando o que dispõe este regulamento;
- d) Avaliar o rendimento de seus orientandos;
- e) Registrar na ficha de controle de frequência a frequência dos estudantes sob sua orientação, bem como, as atividades desenvolvidas e propostas;
- f) Participar das atividades programadas pelo Coordenador de Curso.

Art. 21º. São responsabilidades dos discentes:

- a) Elaborar o projeto conforme metodologia própria definida na disciplina de Projeto de Integrador;
- b) Atuar efetivamente em todas as etapas do Projeto Integrador;
- c) Realizar as atividades propostas pelo professor do componente curricular Projeto Integrador e pelo professor orientador;
- d) Comparecer às orientações (encontros presenciais), nas datas definidas pelo professor orientador.
- e) Entregar ao professor de Projeto Integrador seu o projeto no prazo estabelecido;
- f) Estar ciente e cumprir os procedimentos descritos neste regulamento.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22º. Os casos omissos serão analisados pelo Coordenador do curso e pelo Colegiado do curso técnico em Agropecuária. Para questões mais complexas, a decisão será em conjunto com a Coordenação de Ensino e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão.



ANEXO 2 - Regulamento de estágio não obrigatório do curso Técnico em Agropecuária

CAPÍTULO I DO ESTÁGIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Curso Técnico em Agropecuária não requer, em caráter obrigatório, a realização do estágio, dado à natureza da atividade profissional dos estudantes. Embora não seja obrigatório, será incentivada a realização de estágios vivenciais em empresas ligadas ao setor agropecuário, ou em setores afins e correlatos, os quais representam atividades formativas e constarão do histórico escolar do estudante.

SEÇÃO II DA MATRÍCULA

Art. 2º - O Estágio, para ser validado, dependerá do cumprimento das demais exigências previstas neste regulamento.

SEÇÃO III DA DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA

Art. 3º - O Estágio não terá duração mínima. Contudo, será validada a carga horária máxima de 200 horas, como atividades formativas.

§ 1º Deverão ser respeitados os limites de cargas horárias de até 6 horas diárias e de até 30 horas semanais.

§ 2º A jornada de estágio em períodos de recesso escolar poderá ser ampliada e estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, sempre com a interveniência e ciência da coordenação do curso, por meio do professor-orientador.

§ 3º É vedada a realização de atividade de estágio em horário concomitante aos componentes curriculares que o estudante estiver matriculado.

CAPÍTULO II DA OFERTA DE ESTÁGIO

SEÇÃO I DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 4º - O Estágio desenvolver-se-á, prioritariamente, em empresas ligadas ao setor agrícola e pecuário, ou em setores afins e correlatos, as quais desenvolvam ações que resultem na agregação de valor no processo de formação do estudante.



SEÇÃO II DAS CONDIÇÕES PARA CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º - São condições para a caracterização e definição dos campos de estágio, a apresentação de:

1. Termo de Convênio entre IFPR e a unidade concedente;
2. Ficha Cadastral da unidade concedente;
3. Termo de Compromisso de Estágio entre IFPR, a unidade concedente e o estagiário;
4. Projeto de Estágio, do qual constará a identificação do campo de estágio, identificação do estudante estagiário, período e horário do estágio, objetivos e atividades a serem desenvolvidas, elaborado pelo estagiário de acordo com o orientador no campo de estágio e com o professor-orientador.

§ 1º - O Termo de Convênio será assinado em duas vias, devendo ser digitado.

§ 2º - O Termo de Compromisso de Estágio será assinado em quatro vias.

§ 3º - A pessoa jurídica onde se desenvolverá o estágio deverá apresentar profissional para a orientação do estudante estagiário no campo de trabalho, cuja formação seja compatível com as atividades especificadas no projeto de estágio.

CAPÍTULO III DOS PARTICIPES

SEÇÃO I DO ESTUDANTE ESTAGIÁRIO

Art. 6º - Compete ao estudante:

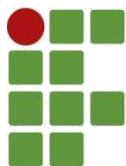
- a) Encaminhar a documentação indicada nos incisos I a IV do art. 5º, para caracterização do campo de estágio, com antecedência mínima de 20 dias do início das atividades e dentro do prazo estabelecido em calendário escolar;
- b) Apresentar relatório final de estágio, por escrito, de acordo com as normas do IFPR, até o final do semestre letivo no qual pretenda validar o estágio;
- c) Apresentar, anexo ao relatório, ficha de avaliação preenchida em que conste a avaliação emitida pelo orientador no campo de estágio, sob carimbo;

Parágrafo único - A não apresentação destes documentos implicará no não reconhecimento, pelo Curso, do Estágio do estudante.

SEÇÃO II DA ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º - A orientação do estágio dar-se-á na modalidade indireta por professor-orientador escolhido dentre os professores do curso e, na modalidade direta, por orientador do campo de estágio.

SEÇÃO III



DA COMISSÃO ORIENTADORA DE ESTÁGIO

Art. 8º - A Comissão Orientadora de Estágio será composta por todos os professores do colegiado, que reunir-se-á com presença mínima de três membros.

CAPÍTULO IV DA INTERRUÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTÁGIO

SEÇÃO I DA INTERRUÇÃO DE ESTÁGIO

Art.9º - Poderá o estudante requerer a suspensão do estágio por meio de documento escrito encaminhado ao professor-orientador e ao orientador no campo de estágio.

Parágrafo único - A aceitação do pedido do estudante implicará no encaminhamento de relatório e ficha de avaliação parcial, ficando o estudante obrigado aos procedimentos constantes deste regulamento para validar a carga horária e aproveitamento mínimos para aprovação no estágio.

SEÇÃO II DA APROVAÇÃO

Art. 10 - São condições de aprovação no estágio:

- Observar as formalidades para validação do estágio;
- Obter o conceito apto considerando as avaliações do profissional orientador no campo de estágio, do professor orientador e da comissão.
- O professor orientador deverá proceder à avaliação do estágio, com base no acompanhamento realizado durante o cumprimento do mesmo, e com base no relatório escrito entregue pelo estudante, encaminhando-o para a Comissão Orientadora de Estágio.

Art. 11 - Compete à Comissão Orientadora de Estágio a elaboração de avaliação conclusiva sobre o aproveitamento do estudante no estágio.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de Curso e Comissão Orientadora de Estágio, cabendo recurso de suas decisões ao Colegiado do Curso Técnico em Agropecuária.